



Escola Superior de Tecnologia e Gestão
Instituto Politécnico de Viana do Castelo
Associação de Politécnicos do Norte



Os Impactos da Adoção do SNC na empresa ABC, Lda

Raquel Patrícia Coutinho Pontes

*Relatório de Estágio apresentado ao Instituto Politécnico de Viana do Castelo para obtenção
do grau de Mestre em Contabilidade e Finanças*

Orientadora: Professora Doutora Alexandra Fontes

Orientador da Empresa: Dr. Eduardo Martins

Viana do Castelo, Novembro de 2014



Escola Superior de Tecnologia e Gestão
Instituto Politécnico de Viana do Castelo
Associação de Politécnicos do Norte



Os Impactos da Adoção do SNC na empresa ABC, Lda

Raquel Patrícia Coutinho Pontes

Orientadora: Professora Doutora Alexandra Fontes

Orientador da Empresa: Dr. Eduardo Martins

Viana do Castelo, Novembro de 2014

RESUMO

O presente relatório, tem por base o estágio curricular realizado, entre o dia 6 de Janeiro e o dia 6 de abril de 2014, na ABC¹ - Instalações Sanitárias, Lda., em Viana do Castelo, na área de contabilidade. O principal objetivo deste estágio é permitir um primeiro contacto com a realidade empresarial e, por conseguinte, possibilitar a aplicação de alguns conhecimentos académicos nas práticas contabilísticas e fiscais. Este estágio, veio realçar a complexidade e diversidade de obrigações fiscais da empresa, e de todo o processo de encerramento de contas, que tive oportunidade de acompanhar e colaborar.

No âmbito do estágio realizado, o tema que se pretende estudar é o impacto com a adoção do Sistema de Normalização Contabilística (SNC) na empresa ABC, Lda.. A escolha deste tema deveu-se ao facto de existirem poucos estudos sobre os impactos da adoção do SNC. Neste contexto, um outro objetivo do presente relatório de estágio, passará pela descrição dos impactos e dificuldades da adoção do SNC na empresa, verificados no período temporal do estágio. A metodologia usada para a concretização deste objetivo passou pela entrevista ao Técnico Oficial de Contas (TOC) da empresa e a realização de uma análise comparativa às principais Demonstrações Financeiras (DF's), segundo o antigo normativo, Plano Oficial de Contabilidade (POC) e o novo normativo, SNC. Em termos gerais, esta análise permitiu-nos concluir que os impactos foram relativamente reduzidos, e a maior parte das dificuldades têm sido facilmente ultrapassadas.

Palavras chave: Harmonização Contabilística; Sistema de Normalização Contabilística
Obrigações Fiscais; Operações de Encerramento.

¹ Por questões de confidencialidade refiro-me à empresa como ABC, Lda.

RESUMEN

El presente informe, tiene por base unas practicas curriculares realizadas, entre el día 6 de enero y el día 6 de abril de 2014, en ABC – Instalaciones Sanitarias, Lda., en Viana do Castelo, en áreas de contabilidad. El principal objetivo de esas prácticas es permitir un primer contacto con la realidad empresarial y posibilitar de aplicar algunos conocimientos académicos en prácticas de contabilidad y fiscalidad de la empresa. En estas prácticas, vino realzar la compresibilidad y diversidad de obligaciones de fiscalidad de la empresa, y en todo ese proceso de encerramiento de cuentas, que tuve oportunidad de acompañar y colaborar.

En el alcance de las practicas realizadas el tema que pretendo estudiar es el impacto con la adopción del Sistema de Normalización Contabilidad (SNC) en la empresa ABC, Lda.. La elección de este tema fue debido al hecho de que hay pocos estudios sobre los impactos de adopción del SNC. En este contexto, en otro objetivo del presente informe de las practicas, pasara por la descripción de los impactos y dificultades de la adopción del SNC en la empresa, verificado en el período de tiempo de las practicas. La metodología utilizada para lograr este objetivo pasó por una entrevista al Técnico Oficial de Cuentas (TOC) de la empresa y una realización de un análisis comparativa de las principales demostraciones financieras, segundo el artigo normativo, Plano Oficial de Contabilidade (POC) y uno nuevo normativo, SNC. En general, este análisis nos permitió concluir que los impactos fueron relativamente reducidas y en mayor parte de las dificultades han sido superadas con facilidad.

Palabras clave: Armonización Contabilidade; Obligaciones de fiscalidad; Sistema de Normalização Contabilidade; Operaciones encerramiento.

ABSTRACT

This report is based on traineeship carried out between January 6 and April 6, 2014, on ABC – bathroom Facilities, Ltd., in Viana do Castelo, in the accounting field. The main objective of the traineeship is to allow a first contact with business reality and therefore enable the application of some academic knowledge in accounting and tax practices. The traineeship has highlighted the complexity and diversity of tax obligations of the company, and the whole process of closing the accounts, which had the opportunity to monitor and collaborate.

In relation to the traineeship performed, the subject to be studied is the impact with the adoption of Accounting Standardization System (SNC) in the Company ABC, Ltd.. The choice of this theme was due to the fact that there are few studies on the impacts of the SNC. In this context, another purpose of the traineeship report, will include the description of impacts and difficulties of adoption of the SNC in the company, checked on my traineeship time period. The methodology used to achieve this goal went through an interview with the Chartered Accountant (TOC) of the company and carrying out a comparative analysis of the main financial statements, according to the old normative, Official Chart of Accounts (POC) and the new accounting system, SNC. Overall, this analysis allowed us to conclude that the impacts were relatively reduced, and most of the difficulties have been easily overcome.

Keywords: Accounting Harmonization; System Accounting Standards; Tax Obligations; Closing operations.

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho não seria possível sem a colaboração de várias pessoas, que diretamente ou indiretamente contribuíram para a elaboração deste relatório, às quais quero expressar os meus sinceros agradecimentos.

Primeiramente quero agradecer à minha orientadora deste relatório de estágio, à Professora Doutora Maria Alexandra Soares Fontes, pelo empenhamento, disponibilidade e apoio prestado ao longo deste trabalho.

Passo a agradecer de igual modo ao orientador do estágio na empresa, o Doutor Eduardo Martins, e também a toda a equipa de profissionais do departamento administrativo onde estagiei, e restantes, onde mantive algum contato, pela forma acolhedora como fui recebida.

Finalmente, agradeço à minha família e amigos, que sempre me incentivaram e apoiaram ao longo do estágio e na preparação deste relatório.

Muito obrigado a todos!

SIGLAS

APNOR - Associação de Politécnicos do Norte de Portugal

BADF - Bases para Apresentação de Demonstrações Financeiras

BVPS - *Book Value Per Share*

CESR - Committee of European Securities Regulators

CIRC - Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas

CIVA – *Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado*

CNC - Comissão de Normalização Contabilística

CSC – Código das Sociedades Comerciais

DF's – Demonstrações Financeiras

DRA - Diretriz de Revisão/Auditoria 410

EBIT - *Earnings Before Interest and Taxes*

EBITDA - *Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*

EPS - *Earnings Per Share*

FCT- Fundo de Compensação do Trabalho

FMI - Fundo Monetário Internacional

IAPMEI - Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação

IAS - *International Accounting Standards*

IASB - *International Accounting Standards Board*

IASC - *International Accounting Standards Committee*

IES - Informação Empresarial Simplificada

IFAC - *International Federation of Accountants*

IFRIC - *International Financial Reporting Interpretations Committee*

IFRS - *International Financial Reporting Standards* (Normas Internacionais de Relato Financeiro)

IRC - Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas

IRS - Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares

IUC - Imposto Único Circulação

IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado

MEP - Método de Equivalência Patrimonial

NCRF – Normas Contabilísticas de Relato Financeiro

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

ONU - Organização das Nações Unidas

OROC – Ordem dos Revisores Oficiais de Contas

OTOC - Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas

PEC - Pagamento Especial por Conta

PME – Pequenas e Médias Empresas

POC - Plano Oficial de Contabilidade

PPC – Pagamento Por Conta

PSI 20 - *Portuguese Stock Index 20*

RETGS - Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades

RGGIT - Regime Geral das Infrações Tributárias

RITI - Regime do IVA nas transações Intracomunitárias

ROC - Revisor Oficial de Contas

SNC - Sistema de Normalização Contabilística

TOC - Técnicos Oficiais de Contas

UE - União Europeia

VAB - Valor Acrescentado Bruto

ÍNDICE

RESUMO	I
RESUMEN	II
ABSTRACT	III
AGRADECIMENTOS.....	IV
SIGLAS.....	V
CAPÍTULO I - INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO II – HARMONIZAÇÃO CONTABILÍSTICA.....	4
2.1 Razões Inerentes ao Processo de Harmonização Contabilística	5
2.2 Vantagens e Desvantagens da Harmonização Contabilística	7
2.3 IASB	8
2.4 Evolução da Normalização Contabilística em Portugal	9
2.5 Revisão de Estudos Empíricos.....	11
2.5.1 Efeito da adoção das IAS/IFRS em Portugal.....	11
2.5.2 Efeito da adoção das IAS/IFRS a nível internacional.....	15
2.6 O Impacto da transição para o SNC	19
2.6.1 O Impacto da transição para o SNC, para os profissionais da contabilidade	20
2.6.2 O Impacto da transição para o SNC, nas empresas portuguesas.....	21
CAPÍTULO III – ESTÁGIO.....	25
3.1 Apresentação da empresa de Estágio	26
3.1.1 História da Empresa	26
3.1.2 Missão, Valores e Visão da empresa.....	27
3.1.3 Princípios Estratégicos	28
3.1.4 Produtos	28

3.1.5 Estrutura organizacional.....	29
3.2 Trabalho Desempenhado	31
3.2.1 Diagnóstico Financeiro.....	31
3.2.2 Contabilidade Analítica.....	34
3.2.3 Práticas de Controlo Interno	35
3.2.4 Obrigações Fiscais.....	36
3.2.4.1 Contribuições para a Segurança Social.....	36
3.2.4.2 IVA	37
3.2.4.3 IUC.....	39
3.2.4.4 Em sede de IRC	40
3.2.4.5 Declaração Anual IES	47
3.2.4.6 Modelo 10	48
3.2.4.7 Retenção na Fonte	48
3.2.5 Operações de Encerramento	49
3.2.5.1 Circularização.....	49
3.2.5.2 Revalorizações e Impostos Diferidos.....	50
3.2.5.3 Depreciações/Amortizações	52
3.2.5.4 Imparidades.....	52
3.2.5.5 FCT	53
3.2.5.6 Regime de Acréscimo	54
3.2.5.7 Subsídios ao investimento (Quadro de Referência Estratégico Nacional -QREN)	
.....	55
3.2.5.8 Quotizações empresariais.....	56
3.2.5.9 Benefícios Fiscais ao Investimento (Crédito Fiscal Extraordinário ao Investimento	
- CFEI)	56
3.2.5.10 Demonstrações Financeiras.....	57

3.2.5.11 Relatório de Gestão	62
3.2.5.12 Prestação de Contas e Elaboração das atas das assembleias gerais	64
3.2.6 Outras operações realizadas.....	65
3.2.7 Impactos Sentidos com a Adoção do SNC	67
CONCLUSÃO IV.....	70
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	72
APÊNDICES E ANEXOS.....	I
Apêndice 1	II
Anexo 1 - Acompanhamento dos prejuízos fiscais.....	V
Anexo 2 – Mapa de mais-valias e menos-valias.....	VI
Anexo 3 – Carta de circularização ao Advogado	VII
Anexo 4 - Carta de circularização ao Fornecedor	VIII

ÍNDICE TABELAS

Tabela 1: Alterações no capital próprio	23
Tabela 2: Princípios Estratégicos	28
Tabela 3: Produtos	28
Tabela 4: Taxas de Derrama Estadual.....	42
Tabela 5: Taxa tributação autónoma dos sujeitos passivos de IRC.....	43
Tabela 6: Fluxos de caixa	60
Tabela 7: Datas limite legais, de prestação de contas	65

ÍNDICE FIGURAS

Figura 1: Organigrama da empresa ABC, Lda.....	29
Figura 2: Ciclo PDCA, “ <i>Plan, Do, Check, Act</i> ”	30

CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO

CAPÍTULO I - INTRODUÇÃO

Este relatório estágio insere-se no âmbito do mestrado em Contabilidade e Finanças, ministrado pela Associação de Politécnicos do Norte de Portugal (APNOR), que tem como finalidade a conclusão do mestrado.

A internacionalização e globalização da economia, o aumento do volume de transações internacionais conduziu a uma forte ligação entre diversos países, quer a nível político, económico e financeiro, promovendo assim uma necessidade de harmonização contabilística (Pedro, 2012).

Na União Europeia (UE), a falta de informação financeira harmonizada e a complexidade do processo de harmonização contabilística, resultou na imposição aos seus Estados Membros da adoção das normas do *International Accounting Standards Board* (IASB) - as *International Financial Reporting Standards* (IFRS) - na elaboração da informação financeira consolidada das empresas cotadas, a partir de 2005.

Atualmente, assiste-se a uma tendência para a convergência gradual dos normativos nacionais dos Estados Membros com as IFRS, quer através da sua adoção direta destas normas, quer através da sua adaptação às especificidades dos sistemas contabilísticos nacionais. A Comissão de Normalização Contabilística (CNC) optou pela segunda opção, mediante a aprovação do novo SNC, um dos maiores desafios colocados aos profissionais de contabilidade em Portugal (Guerreiro, 2008). Com a aprovação do SNC em 2009, e a sua entrada em vigor após 1 de Janeiro de 2010, Portugal aproxima-se das IFRS, em vigor na maioria dos países europeus.

Sendo a empresa ABC - Instalações Sanitárias, Lda., uma empresa que trabalha com um número vasto de lojas dispersas pelo país, é muito importante que a adaptação a essas mudanças tenha ocorrido de forma positiva e favorável. A organização no departamento de contabilidade financeira é fundamental, por forma a contribuir para o correto funcionamento da empresa como um todo.

O estágio decorreu no período compreendido entre Janeiro e Abril de 2014. Com este estágio curricular pretendeu-se detetar as principais dificuldades na adoção do SNC, sendo o principal objetivo evidenciar o impacto com a adoção do SNC, na ABC, Lda.. Outro objetivo do estágio passa por permitir um primeiro contacto com a realidade profissional e, de certa forma, possibilitar a aplicação de alguns conhecimentos académicos nas práticas contabilísticas diárias.

Inicialmente, no segundo capítulo, proceder-se-á a um enquadramento teórico do tema, começando por abordar o processo de harmonização contabilística, designadamente as razões subjacentes a esse processo, bem como as repercussões no normativo contabilístico nacional. De seguida, é apresentado alguns dos efeitos inerentes à transição para o SNC geralmente referenciados na literatura para os profissionais da contabilidade e para as empresas portuguesas. Neste contexto, procurar-se-á, no capítulo que se segue, especificar a importância destas alterações para a empresa ABC. No terceiro e último capítulo, será realizada uma contextualização do estágio. Neste sentido, primeiramente, será efetuada uma breve descrição da empresa onde decorreu o estágio. Posteriormente, e tendo em conta o período de estágio, serão apresentadas as atividades que acompanhei e desenvolvi, salientando que, estas se centraram fundamentalmente nas operações de fim de exercício. Por último, serão apontados os efeitos sentidos na empresa, decorrentes da mudança do antigo para o atual normativo contabilístico.

CAPÍTULO II – HARMONIZAÇÃO CONTABILÍSTICA

CAPÍTULO II – HARMONIZAÇÃO CONTABILÍSTICA

Com a Revolução Industrial, houve um aumento da atividade económica mundial, quer em termos de quantidade de transações, quer em termos de valor do investimento no estrangeiro. Este facto foi estimulado pela rede de transportes internacionais e pelo desenvolvimento das telecomunicações que permitiram contactos mais rápidos e com maior segurança. Por conseguinte, esta conjuntura possibilitou uma maior facilidade de transferência de capitais, e circulação originando que os mercados financeiros começassem a ter maior liquidez, uma vez que os agentes tinham livre e fácil acesso aos mesmos e as carteiras de investidores começaram a ser cada vez mais diversificadas (Silva, 2011).

Neste contexto, o processo de globalização, resultou na necessidade de informação financeira harmonizada, por forma a facilitar a comparabilidade das práticas contabilísticas entre os vários países e das DF's produzidas (Azevedo *et al.*, 2013).

Neste capítulo abordaremos as razões inerentes ao processo de harmonização contabilística, bem como as vantagens e desvantagens inerentes a este processo. Seguidamente, efetuar-se-á uma breve apresentação do IASB e seus objetivos, e da evolução da normalização contabilística em Portugal. Numa secção posterior será feita uma revisão de estudos empíricos desenvolvidos no âmbito da análise dos efeitos da adoção das IAS/IFRS em Portugal e a nível internacional. Na última secção deste capítulo será abordado o impacto da transição para o SNC, para os profissionais de contabilidade, e nas empresas portuguesas.

2.1 Razões Inerentes ao Processo de Harmonização Contabilística

No decorrer dos últimos anos, a crescente globalização da economia e dos mercados aliada à internacionalização das empresas levou a uma necessidade de harmonização contabilística entre os diversos países, que constituem nos dias de hoje um imenso mercado global, com vista à satisfação de necessidades e interesses comuns (Amaral, 2001; Grizonic, 2008).

Conforme Amaral (2001), o processo de harmonização pode ser compreendido como o processo pelo qual os mercados se tornam crescentemente interdependentes, em consequência do desenvolvimento dos fluxos do comércio internacional de bens e serviços, dos fluxos de capital e das transferências de tecnologia. Com a maior circulação de capitais também surgiu a deslocalização das forças produtivas, com as empresas multinacionais a efetuarem investimentos elevados em unidades produtivas em vários países, que veio originar uma maior

exigência no que diz respeito à informação contabilística e financeira a ser divulgada pelas empresas, principalmente para poderem comparar os diferentes resultados internacionais.

Tal como refere Pereira & Almeida (2009), a diversidade contabilística internacional tem impactos negativos significativos, designadamente:

- Dificuldades das empresas tornarem credível a sua informação financeira perante os investidores, uma vez que estes necessitam de um sistema de informação financeira que ofereça um nível elevado de transparência e comparabilidade dos resultados obtidos pelas empresas;
- Custos para as empresas resultantes da necessidade de reformular as suas DF's de forma a serem cotadas em mercados de capitais; e
- Aumento dos custos do capital das empresas, devido á falta de transparência e compreensibilidade da informação financeira.

Os vários países têm procurado responder a este desafio de harmonização contabilística, medida indispensável para o seu crescimento económico e posicionamento na economia internacional (Grizonic, 2008).

São ainda diversos os organismos que, entendendo como obrigatório a necessidade de harmonização contabilística, na sequência do rápido processo de globalização, têm criado iniciativas importantes para que a mesma seja alcançada. Dos vários esforços de harmonização contabilística internacional, destacam-se os desenvolvidos pelo *International Accounting Standards Committee* (IASB), pela UE, pelas empresas multinacionais, pelas instituições financeiras de grande dimensão (como o Fundo Monetário Internacional - FMI), e por outras organizações, como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), e a Organização das Nações Unidas (ONU) (Amaral, 2001).

O IASB (antes de 2000 designado por IASC) evidencia-se entre esses organismos, com um papel muito valorizado, quer pelo número de países que o totalizam, quer pelo esforço que desenvolve na formulação e publicação de normas contabilísticas, promovendo a sua aceitação e aplicação a nível mundial (Silva, 2011).

Contribuiu para a necessidade de harmonização contabilística internacional o facto de existirem diversos sistemas contabilísticos, sendo estes influenciados por diversos aspetos particulares dos países onde atuam (como por exemplo, pelo sistema político, sistema legal, aspetos culturais, taxa de crescimento da economia, grau de desenvolvimento, internacionalização da economia).

Segundo Nobes & Parker (2002), as principais causas que conduzem às diferenças contabilísticas internacionais são imputáveis ao sistema legal, em resultado da existência de dois sistemas distintos. No sistema *Codified Roman Law*, denominado de direito romano, as empresas financiam-se maioritariamente através de recursos externos, as leis são pormenorizadas, e a fiscalidade exerce uma forte influência sobre a contabilidade (países como a França, Portugal, Alemanha, Holanda e Itália são alguns exemplos de países com este sistema). No sistema *Common Law*, o chamado de direito comum, os recursos próprios desempenham um papel preponderante no financiamento das empresas, e as isenções fiscais são obtidas independentemente do sistema de contabilidade aplicado (influência mínima da fiscalidade na contabilidade). Exemplos de países onde se pode verificar a aplicação deste sistema são os Estados Unidos, Reino Unido, Inglaterra, Irlanda, Canadá e Nova Zelândia. No primeiro sistema constata-se que as leis das sociedades e os códigos comerciais estabelecem regras pormenorizadas para a contabilidade e para o relato financeiro, enquanto que no segundo, denota-se uma preocupação em dar soluções a casos específicos, em detrimento da formulação de regras gerais para o futuro (Silva, 2011).

2.2 Vantagens e Desvantagens da Harmonização Contabilística

Segundo Silva (2011), o processo de harmonização contabilística tem vantagens e desvantagens. São várias as vantagens decorrentes da harmonização contabilística, designadamente:

- Facilidade de análise, interpretação e compreensão da informação elaborada nos diferentes países;
- Diminuição do custo de elaboração e apresentação da informação para as empresas multinacionais;
- Eliminação de uma das principais barreiras à livre circulação de capitais a nível internacional; e
- Simplificação do trabalho das multinacionais de auditoria e das autoridades fiscais.

Não obstante as inúmeras vantagens acima referenciadas, persistem alguns obstáculos inerentes ao processo de harmonização contabilística. Dos vários obstáculos à harmonização contabilística referenciados na literatura, Silva (2011) destacam os seguintes:

- O impacto económico das práticas contabilísticas, na medida em que a harmonização contabilística tende a diminuir a importância dos interesses de grupos específicos dos países;
- A resistência dos países em abdicar do seu normativo nacional a favor de uma regulamentação internacional definida exteriormente; e
- A ausência de organismos profissionais fortes em diversos países, com capacidade de influenciar o processo de desenvolvimento de contabilidade internacional.

2.3 IASB

O IASB é o organismo de referência na produção de normas internacionais de contabilidade as IAS/IFRS. Foi constituído em 29 de junho de 1973, como um organismo privado, sem fins lucrativos, criado por profissionais de contabilidade representantes de nove países, (o Reino Unido, a França, a Alemanha, a Holanda, os EUA, o Canadá, o México, a Austrália e o Japão). Este grupo de países tinha como objetivo formular e publicar um conjunto de normas de contabilidade de interesse público para a preparação de DF's individuais e consolidadas, promovendo a sua aceitação a nível mundial (Roberts *et al.*, 2008; Morais & Lourenço, 2005). Tal como refere Ashbaugh e Pincus (2001), o IASB tem como função principal uma maior comparabilidade da informação financeira entre os países, minimizando, senão eliminando, as diferenças contabilísticas.

Os seus objetivos estão consagrados na Constituição do IASC aprovada em Maio de 2000 e são:

- “(a) desenvolver, no interesse público, um conjunto único de normas contabilísticas globais de elevada qualidade, compreensíveis e que se façam cumprir (enforceable), que exijam informação de alta qualidade, transparente e comparável para ajudar os participantes dos mercados de capitais e outros utilizadores na tomada de decisões económicas;
- (b) promover o uso e rigorosa aplicação dessas normas; e
- (c) conseguir a convergência entres as normas contabilísticas nacionais e as normas internacionais de contabilidade com soluções de elevada qualidade”

(IASC Constitution, 2000:1)

Segundo Cairns (1999), os objetivos do IASB baseiam-se em formular e publicar normas de contabilidade, tendo em conta o interesse público, para serem observadas na apresentação de DF's, promovendo a sua aceitação e observância a nível mundial, trabalhar para a melhoria e harmonização de regulação contabilística, normas de contabilidade e procedimentos, relativos a apresentação das DF's. Em março de 2001, em sequência de profundas alterações, o IASC deu lugar ao IASB. As normas emitidas pelo IASB passaram a denominar-se IFRS.

2.4 Evolução da Normalização Contabilística em Portugal

Em Portugal, o primeiro passo para o desenvolvimento da normalização contabilística foi apenas dado, em 1976, com a criação da CNC e a publicação do primeiro Plano Oficial de Contabilidade (POC) através do Decreto-Lei 44/77 de 7 de Fevereiro de 1977 (Pinto, 2006; Simões, 2008).

Com a adesão de Portugal à UE, em 1 de janeiro de 1986, houve necessidade de transpor a quarta e sétima diretiva comunitária para o direito contabilístico português. Assim, em Novembro de 1989, foi publicada uma versão revista do POC (capítulo 1 a 12), conhecido por POC/89 (Decreto-Lei nº 410/89 de 21 de Novembro de 1989) a fim de transpor para o direito interno a quarta diretiva comunitária. Algum tempo depois, em 2 de julho de 1991, foi emitido o Decreto- Lei nº 238/91 (capítulos 13 e 14 do POC) desta vez, para implementar a sétima diretiva comunitária, aplicável às contas consolidadas desde 1 de janeiro de 1991 (Alves & Antunes, 2010).

A partir de 1991, a CNC começou a emitir diretrizes contabilísticas, cujo objetivo era completar e atualizar o POC (mediante a inclusão de informação para ampliar e explicar determinadas rubricas no POC; a apresentação de soluções a questões que não se encontram previstas no POC ou/e a clarificação de certas questões que suscitam dúvidas). As diretrizes contabilísticas correspondem, assim, à fase visível do acompanhamento da CNC aos desenvolvimentos internacionais em matéria de contabilidade, enquadrando-se plenamente na linha de rumo que estava a ser traçada pela UE.

No decurso do ano de 2002, assistiu-se à publicação de um regulamento que estabelecia a adoção e a utilização na UE das IAS/ IFRS e das notas interpretativas do IASB (as *International Financial Reporting Interpretations Committee* - IFRIC), para as empresas cotadas em

bolsa, fruto de diversas estratégias contabilísticas esboçadas pela UE relativamente à harmonização contabilística da informação de relato financeiro.

Em 2003, em Portugal, a CNC emite o projeto de linhas de orientação de um novo modelo da Normalização Contabilística, adaptação às IAS/IFRS, que disponibiliza na sua página apenas em 2007.

Em 2006, através da publicação do DL 35/2006, de 17 de fevereiro, o POC foi objeto de uma nova revisão, a fim de transpor para o ordenamento jurídico interno a Diretiva n.º 2003/51/CE, a qual visa garantir a consistência entre as diretivas contabilísticas com o normativo do IASB. Esta Diretiva, designada por Diretiva de Modernização Contabilística, insere-se no âmbito da estratégia da relativa à aplicação do normativo do IASB na UE, prevista no Regulamento (CE) n.º 1606/2002. O Regulamento (CE) n.º 1606/2002 estipula no essencial os seguintes aspetos: (i) a adoção do normativo do IASB na Comunidade; (ii) a publicação no Jornal das Comunidades Europeias da tradução das IFRS adotadas, em todas as línguas oficiais da Comunidade; (iii) introduziu a obrigatoriedade às empresas europeias cotadas de elaborar as DF's consolidadas em concordância com as IFRS, a partir de 1 de janeiro de 2005; concede a possibilidade aos Estados Membros de estender o requisito de aplicação das normas do IASB às empresas não cotadas e à preparação de contas individuais e; (iv) a criação de um Comité de Regulamentação Contabilística que assistirá à Comissão.

Face aos desenvolvimentos no que concerne à nova estratégia de harmonização da UE, e na sequência do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, a CNC aprovou o SNC - através da publicação do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, o qual entrou em vigor nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2010. Com a adoção deste novo normativo contabilístico, a CNC pretende alcançar uma aproximação ao modelo do IASB, assegurar o alinhamento do sistema contabilístico nacional às Diretiva e Regulamentos contabilísticos da UE, e a adaptação das IAS/IFRS às especificidades nacionais. O SNC encontra-se assente nas IFRS adotadas pela UE, bem como nas Diretiva Contabilísticas e Regulamentos da UE, tratando-se de um modelo de normalização baseado em regras e não em princípios. O modelo proposto é composto por dois níveis hierárquicos e articulados de normas contabilísticas, cada um dos quais direcionado a grupos de entidades económicas distintos, mas com a mesma estrutura conceptual (Grizonic, 2008; Nogueira, 2010; Silva, 2011).

2.5 Revisão de Estudos Empíricos

A aprovação do Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho da União Europeia relativo à aplicação das IFRS às contas consolidadas das empresas, dos Estados Membros a partir do dia 1 de janeiro de 2005, contribuiu para uma das maiores mudanças no relato financeiro provocando interesse por parte dos gestores, investidores e organismos de normalização, entre outros, de analisar o impacto da aplicação do normativo internacional nas contas das empresas.

Por forma a verificar o impacto que as IAS/ IFRS tiveram na Europa foram elaborados vários estudos. Neste sentido, esta secção visa efetuar uma breve revisão dos estudos desenvolvidos, analisando se a relevância da informação contabilística aumentou ou diminuiu com a adoção das IFRS, e também identificar as diferenças decorrentes da alteração do normativo em algumas rubricas do balanço e da demonstração de resultados.

2.5.1 Efeito da adoção das IAS/IFRS em Portugal

São vários os estudos desenvolvidos que analisam o efeito da adoção das IAS/IFRS, em Portugal, dos quais destacamos os seguintes Lopes & Viana (2008); Cordeiro *et al.* (2007); Araújo (2010); Lemos (2006); Costa (2008); Morais & Curto (2008); Martins (2011); Simões (2008); e Alfaiate (2012).

Lopes & Viana (2008) efetuaram uma análise qualitativa, às explicações narrativas ao mercado da transição para IFRS, feitas por empresas cotadas portuguesas e uma análise quantitativa das reconciliações resultantes do processo de transição de normativo contabilístico. Os resultados apontam que os objetivos de comparabilidade, relevância e compreensibilidade, definidos no contexto da recomendação do Committee of European Securities Regulators (CESR) não foram alcançados em Portugal. Os impactos reportados pelas empresas comprovaram as expectativas baseadas em estudos de jure² a priori, quanto aos impactos mais relevantes na alteração de normas portuguesas para IAS/IFRS. As rubricas com maior impacto são, o reconhecimento de intangíveis, tratamento contabilístico do goodwill e instrumentos financeiros. Pelo índice de conservadorismo de Gray, os autores concluem que as normas portuguesas são mais conservadoras do que as IAS/IFRS.

² *De jure* ou harmonização formal refere-se aos avanços analisados no âmbito normativo para alcançar uma maior comparabilidade das demonstrações financeiras. (Tay e Parker, 1990; Van der Tas, 1988, 1992 a , referido por Fontes, 2002)

Cordeiro *et al.* (2007) analisaram o impacto da aplicação das IAS/IFRS na informação financeira das empresas cotadas portuguesas, concluindo que as principais DF's (balanço e demonstração de resultados) da amostra sofreram conversões contabilísticas relevantes no processo de adoção das IFRS. Os resultados do estudo indicam ainda que a implementação das IFRS condicionou medidas de performance e da posição financeira das empresas em Portugal. Com a análise ao balanço verificou-se uma variação média positiva de 1,5%; uma redução no capital próprio, em média 3,19%; e no resultado após imposto um aumento de 14,66%.

Lemos (2006, referido por Araújo, 2010) verificou o impacto da aplicação das IFRS no resultado líquido e capitais próprios em algumas empresas portuguesas cotadas na Euronext Lisboa. Os resultados demonstraram que, com a adoção das IFRS, o resultado líquido e o capital próprio aumentam. Os autores concluíram que este aumento advém particularmente das alterações ao nível do goodwill, despesas de instalação e despesas de investigação.

Araújo (2010), sobre o impacto da aplicação das IAS/IFRS nas empresas do Portuguese Stock Index 20 (PSI 20), realça que os resultados indicam que em termos médios o capital próprio sofreu um impacto negativo de 12,26% e o resultado líquido um ligeiro impacto negativo de 0,01%, estatisticamente pouco significativos. O autor concluiu que o impacto ocorrido nos capitais próprios e no resultado líquido das entidades em estudo, deve-se principalmente aos ajustamentos efetuados nas seguintes rubricas: pensões de reforma e outros benefícios aos empregados, ativos tangíveis e intangíveis e impostos diferidos. Os resultados de empresa para empresa são bastante diversificados: apesar do impacto da transição do normativo contabilístico português para aplicação das IAS/IFRS, em termos globais, ser negativo, 55% das empresas sofrem um impacto positivo no capital próprio e 80% das empresas aumentaram o seu resultado líquido, existindo no entanto, um restrito número de empresas que teve um impacto negativo com a aplicação das IAS/IFRS, de modo a que o resultado geral, em termos globais, fosse negativo. Comparativamente aos estudos já elaboradas sobre o impacto das IFRS no capital próprio e resultado líquido, os resultados deste estudo são consistentes com os apresentados por Cordeiro *et al.* (2007) que conclui que o capital próprio diminui. No entanto são contrários aos de Lemos (2006) que observa um impacto positivo no capital próprio e no resultado líquido.

Costa (2008) tendo como objetivo verificar o impacto da adoção das IAS/IFRS sobre a comparabilidade da informação financeira, analisou as DF's das empresas cotadas na Euronext Lisboa a 31 Dezembro 2004 sob os dois normativos. Os resultados do estudo indicam que as rubricas de balanço que apresentaram diferenças significativas com a adoção das IAS/IFRS foram: aumentos nas propriedades de investimento, ativos por impostos diferidos, disponibilidades, resultado líquido do exercício, interesses minoritários, financiamentos obtidos não correntes, passivos por impostos diferidos e financiamentos obtidos correntes; enquanto que nas provisões, dívidas de terceiros não correntes apresentaram diminuições. Em relação à demonstração de resultados, tanto o resultado operacional, como o resultado corrente apresentaram diferenças significativas.

Morais & Curto (2008) estudaram a evolução da relevância da informação contabilística, e a gestão de resultados numa amostra de 34 empresas portuguesas cotadas, no período de 1995 a 2005 (subdivididos em dois períodos: 1995 a 2004 e 2005). Relativamente à relevância da informação contabilística, os autores verificaram uma diminuição na relevância. No entanto, segundo os autores este resultado pode ser originado pelo facto do período da amostra se ter subdividido, e não conter o mesmo número de observações, dificultando a comparação entre o período anterior e posterior à adoção do normativo internacional. As conclusões do estudo apontam que, em 2005 houve uma redução na gestão de resultados, o que pressupõe um aumento da qualidade da informação contabilística.

Martins (2011) no seu estudo ao Reg.1606/2002/CE, aos impactos declarados pelas empresas pertencentes ao PSI 20, em 01/janeiro/2005, tomando como objetivo principal avaliar quantitativa e qualitativamente os impactos declarados pelas empresas portuguesas com valores admitidos à negociação. Pode-se concluir que, relativamente a análise das diferenças entre o tratamento contabilístico das normas Portuguesas e das IAS/IFRS, nas rubricas, bem como nos resultados, total dos ativos, dos passivos e capital próprio foram as seguintes:

Nos ativos fixos tangíveis e inventários, a maioria das empresas apresenta valores inferiores, com a adoção para as IAS/IFRS; quanto ao goodwill, no geral, as empresas em análise usufruíram da isenção dada pela IFRS 1, em adotar a IFRS 3 a partir da data de transição e não é necessário adotar retrospectivamente; quanto aos impostos diferidos, os valores dos ativos e passivos por impostos diferidos, no geral, aumentam; as locações, na maioria das empresas não apresenta impactos e as que apresentam, não os explicam de forma detalhada; em relação à moeda estrangeira a maioria das empresas não mostram os impactos da adoção, pelo que se pressupõe que na maioria destas empresas não há impactos, ou não são

significantes. O autor verificou também que quanto aos acontecimentos após a data do balanço houve impactos relevantes nas DF's destas empresas.

No que refere à rubrica pensões, as empresas apresentam o tratamento contabilístico nos seus relatórios, mesmo a maioria não anunciando impactos, nas empresas que apresentam impactos, estes influenciam negativamente os capitais próprios. Em termos gerais, o total dos ativos e capitais próprios diminuem; em relação ao total dos passivos, este não apresenta o mesmo comportamento nas diferentes empresas (em dez empresas aumenta, em sete diminui). Em relação aos resultados líquidos, as empresas que apresentam valores, na maioria estes aumentam. Relativamente à divulgação dos impactos da adoção das IAS/IFRS, conclui-se que por vezes as empresas não apresentam divulgações de forma clara.

Na análise feita aos principais rácios financeiros, sendo este o segundo objetivo do autor, conclui-se que quanto à autonomia financeira não existem grandes impactos com a adoção das IAS/IFRS; relativamente à análise do rácio da solvabilidade, para a maioria das empresas, o risco para os seus credores aumenta; no endividamento não existe uma orientação geral (em cerca de metade das empresas a vulnerabilidade aumenta, aumentando assim, a dependência de capitais alheios, nas restantes empresas o cenário inverte-se); por fim, quanto à rendibilidade dos capitais próprios algumas empresas comprovam que existe um aumento da capacidade em gerar lucros a partir de capitais próprios e em outras a situação inverte-se.

Simões (2008) procedeu à análise dos impactos da primeira aplicação das IAS nos capitais próprios das entidades financeiras cotadas na Euronext Lisboa. O autor concluiu que surgiram um conjunto significativo de impactos nas DF's no que respeita aos capitais próprios das empresas, de destacar a alteração da estrutura do balanço, demonstração de resultados e notas do anexo; apresentação de apenas uma demonstração de resultados (tendo sido utilizada preferencialmente a demonstração de resultados por funções); a apresentação da nova DF a demonstração das alterações no capital próprio. Os resultados do estudo indicam um aumento nos valores do ativo que representa 1,40% no total da amostra, e de 6,3% nos valores do passivo no total da amostra, e uma diminuição dos capitais próprios, que em termos relativos representa uma desvalorização de 11,55% da amostra. A análise revela que os impactos significativos ocorridos nos resultados, resultam dos ajustamentos referentes às pensões e outros benefícios de reforma.

Alfaite (2012) estudou o impacto da adoção das IFRS na relevância da informação contabilística nas empresas portuguesas com valores cotados na Euronext Lisboa no período compreendido entre 2005 a 2007. Mais concretamente, o autor analisou a relevância da informação contabilística antes e após a adoção das IFRS, numa perspetiva do acionista e dos

restantes utentes das DF's das entidades. O resultado do estudo revelou, que a adoção do normativo internacional teve um impacto estatisticamente positivo no rácio *earnings per share* (EPS). Em relação ao valor do *Book Value Per Share* (BVPS)³, este não apresentou alterações estatisticamente significativas do período anterior para o posterior à adoção das normas internacionais. Face aos resultados obtidos, Alfaiate (2012) conclui que a adoção das IFRS teve impacto positivo na relevância da informação contabilística das empresas com valores cotados na Euronext Lisboa no período analisado.

2.5.2 Efeito da adoção das IAS/IFRS a nível internacional

Relativamente aos estudos sobre o efeito da adoção das IAS/IFRS a nível internacional, foram analisados estudos sobre alguns países: em Espanha, Perramon & Amat (2006); no Reino Unido, Horton & Serafeim (2008); em 5 países da Europa, Madeira (2010); Irlanda, Martins (2009); em 21 países da Europa, Barth & Lang (2007); em Itália, Paglietti (2009); Espanha e Portugal, Fernandes (2009); e, por fim, na Alemanha, Gassen & Sellhorn (2006).

Horton & Serafeim (2008) efetuaram uma análise à informação retida nos documentos requeridos pela IFRS 1, com o objetivo de tentarem perceber se essa informação tem consequências significativas. Estes documentos descrevem detalhadamente os ajustamentos de reconciliação necessários aquando da alteração do normativo contabilístico de normas inglesas para IAS/IFRS. Os autores concluíram que comparativamente com as normas inglesas, geralmente se verificam resultados mais baixos sob IAS/IFRS, e que os benefícios dos empregados, impostos diferidos e os ajustamentos relacionados com imparidade do *goodwill*, são significativos.

Com o objetivo de analisar o impacto da introdução das IFRS em Espanha, nas DF's, Perramon & Amat (2006) optaram por estudar o índice IBEX 35 das empresas espanholas cotadas e não financeiras. As conclusões do estudo indicam que as reconciliações entre IAS/IFRS e normas espanholas possibilitaram comprovar quais as normas internacionais de contabilidade, adotadas individualmente, que conduziram a impactos significativos nos

³ BVPS é o valor contabilístico por ação, ou seja, os capitais próprios da empresa divididos pelo número de ações emitidas em circulação dessa empresa:

$$BVPS = \left(\frac{\text{Capitais Próprios}}{\text{Ações emitidas em circulação}} \right)$$

resultados líquidos. As principais diferenças entre IAS/IFRS e normas espanholas reconhecidas são a aplicação do justo valor, gastos de capitalização, e contabilização do *goodwill*. Os autores concluíram que a introdução das normas internacionais pode influenciar os resultados, particularmente devido à aplicação do justo valor a instrumentos financeiros e às novas regras de contabilização do *goodwill*. Os novos métodos contabilísticos sob IAS/IFRS, especialmente ao nível da capitalização de gastos, dos benefícios dos empregados e dos investimentos em empresas associadas, introduzem diferenças relevantes nas DF's das empresas espanholas. Os testes empíricos deste estudo revelam uma grande variabilidade nas diferenças reportadas de resultados líquidos sob normas espanholas e IAS/IFRS, o que dificulta a previsão do impacto nas outras empresas cotadas.

Madeira (2010, referido por Alfaiate, 2012) analisou a relevância da informação financeira antes e após o *subprime*, numa amostra constituída por empresas cotadas em Portugal, Holanda, Bélgica, França e Espanha, num período compreendido entre 1998 e 2008. Os resultados do estudo demonstraram que as informações financeiras são relevantes para o mercado financeiro, tendo-se observado um aumento da sua relevância do período anterior para o período posterior ao *subprime*. Também se verificou que o poder explicativo dos resultados por ação demonstrou ser bastante superior ao do valor do capital próprio por ação. Face a este resultado, Madeira (2010) conclui que os mercados atribuem uma importância acrescida à capacidade das empresas gerarem fluxos financeiros suscetíveis de sustentar o normal funcionamento da sua atividade em períodos particularmente instáveis.

Martins (2009) analisou os impactos declarados pelas empresas Irlandesas, em resultado do Regulamento 1606/2002/CE. O autor analisou impacto com a implementação das IAS/IFRS nas empresas cotadas na Irlanda, através da análise das DF's das empresas não financeiras do ISEQ-20, elaboradas sob os dois normativos, o Irlandês e o do IASB, reportados a uma mesma data.

As diferenças que a análise quantitativa evidenciou, complementada por esclarecimentos de cariz qualitativo, prendem-se com os seguintes aspetos:

- Os critérios de reconhecimento e mensuração, no momento da transição para as IAS/IFRS produziram impactos ao nível dos seus resultados, e os correspondentes resultados da transição foram reconhecidos diretamente nos capitais próprios no balanço de abertura;

- Sentiram expressas e significativas preocupações quanto à utilização do justo valor, designadamente quanto à subjetividade do conceito na ausência de mercados ativos e líquidos;
- Com a aplicação das IAS/IFRS, os ativos das empresas submetidas a análise sofreram um aumento de 5%, sendo as normas responsáveis por este acréscimo as relacionadas com os interesses em empreendimentos conjuntos e investimentos em associadas (37%), as concentrações de atividades empresariais (23%), os impostos diferidos (21%) e os benefícios dos empregados (8%);
- Os capitais próprios sofreram uma redução de 6,2%, com as normas dos impostos diferidos e dos benefícios dos empregados a representarem 84% e 62%, respetivamente, por força dos ajustamentos negativos produzidos nos resultados retidos. Neste agregado, ao contrário das outras normas enunciadas, as relacionadas com as concentrações de atividades empresariais contribuíram favoravelmente com 26%, cujo valor acresceu aos resultados retidos.
- Os passivos aumentaram 12%, e à exceção das relacionadas com as concentrações de atividades empresariais, as normas responsáveis por este aumento foram as associadas aos impostos diferidos (40%), aos benefícios dos empregados (35%) e aos interesses em empreendimentos conjuntos e investimentos em associadas (25%).
- No que diz respeito à demonstração dos resultados, as normas associadas às concentrações de atividades empresariais foram responsáveis praticamente pela totalidade da variação dos resultados anuais atribuíveis às ações ordinárias. Portanto, as alterações resumem-se essencialmente às normas enunciadas nos anteriores parágrafos.

Martins (2009) conclui que, o efeito da adoção das IAS/IFRS nas empresas irlandesas foi atenuado uma vez que os *Irish Gaap* conduzem ao relato baseado em significativas semelhanças com a maioria dos objetivos propostos pelo IASB. Na realidade, o *Accounting Standards Board* (ASB)⁴ já seguia a tendência do IASB, adotando uma política de convergência com as IAS/IFRS e, em particular, não inserindo novas normas substancialmente diferentes das derivadas pelo IASB.

⁴ No que respeita à convergência das normas nacionais para as normas IAS/IFRS foi de enorme interesse e importância para as empresas irlandesas. O ASB previu a adoção de uma abordagem faseada para a convergência que iniciou em 2004 e previu atingir em 2008, altura em que podiam ser poucas ou nenhuma das diferenças entre as normas irlandesas e as IAS/IFRS.

Barth & Lang (2007), por forma a averiguar o impacto que as IFRS tiveram na Europa, compararam dados contabilísticos de empresas que adotaram as IAS/IFRS com dados de empresas que não efetuam o relato financeiro de acordo com as IAS/IFRS. Os autores estudaram uma amostra constituída por 21 empresas de vários países, e verificaram que as empresas que adotaram voluntariamente as IFRS antes de 2005 apresentavam uma menor manipulação de resultados, um reconhecimento mais atempado de perdas, e uma maior relevância da informação contabilística, (sobretudo ao nível do resultado do período e do capital próprio), face às que aplicavam as normas nacionais. Face aos resultados obtidos, os autores concluem que a adoção das IFRS melhoraram o funcionamento dos mercados de capitais globais, proporcionando informações comparáveis e de alta qualidade para os investidores.

Paglietti (2009) analisou o impacto das IFRS das empresas cotadas no mercado de capitais de Itália no período compreendido entre 2002 e 2007. O estudo centra-se em 3 áreas da qualidade da informação contabilística, designadamente *earnings management*, *timely loss recognition* e *value relevance*. Através de coeficientes de determinação ajustados obtidos de uma regressão entre as variáveis, *book value per share* (BVPS) e EPS de 49% no período anterior (2002 a 2005) e de 54% no período posterior (2005 a 2007), o estudo corrobora que a relevância da informação contabilística aumentou após a adoção das IFRS.

Fernandes (2009) estudou o impacto da entrada em vigor das IFRS no nível de gestão de resultados em 109 empresas cotadas nas bolsas de Madrid e Lisboa entre 2002 e 2006, que adotaram obrigatoriamente as IFRS em 2005. O estudo consistiu na análise dos níveis de *accruals* (conceito anglo-saxónico que significa variação de fundo de maneo) e da aplicação do justo valor através da aplicação de regressões, com o objetivo de comparar o período anterior com o posterior à adoção das IFRS. Os resultados do estudo indicam que estas alterações não são significativas, ou seja, a qualidade da informação contabilística não alterou com a adoção das normas internacionais.

Gassen & Sellhorn (2006) realizaram um estudo relacionado com a adoção voluntária das IFRS na Alemanha. Os autores verificaram que existem diferenças significativas em relação à qualidade dos resultados, apurando que as empresas que adotaram as IAS/IFRS apresentam resultados menos previsíveis e mais conservadores.

2.6 O Impacto da transição para o SNC

Após realizada a análise aos diferentes estudos sobre o impacto da adoção das IAS/IFRS, a nível nacional e internacional, apresentaremos uma breve reflexão sobre o impacto da adoção do SNC, atendendo à opinião de vários autores (v.g., Matos, 2011; Gonçalves, 2009; Borges *et al.*, 2007; Silva, 2010; Cravo, 2009; Pires, 2010; Santos, 2009).

Tal como é referido no Decreto-Lei n.º 158/2009 de 13 de Julho:

“O POC tem-se revelado, desde há algum tempo, insuficiente para as entidades com maiores exigências qualitativas de relato financeiro, para além de carecer de revisão técnica no que concerne, nomeadamente, a aspetos conceptuais, critérios de reconhecimento e mensuração, conceito de resultados, bem como em relação aos modelos das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”.

A implementação do SNC provocou efeitos nos variados setores, nomeadamente nas empresas ao nível dos seus sistemas informáticos, e no seu controlo orçamental e de gestão. É de assinalar também impactos relativos ao ensino decorrentes da alteração dos programas escolares, a necessidade de formação dos professores e dos alunos que tiveram o primeiro contacto com a contabilidade através do POC (Matos, 2011).

Uma outra alteração decorrente da adoção do SNC reside na alteração do pensamento contabilístico. A este respeito, Gonçalves (2009: 3) sublinha que: “O SNC implica a alteração de paradigmas que têm vindo a ser aplicados durante os últimos 30 anos com o POC. A qualidade dos recursos humanos disponíveis e a sua formação é essencial para proporcionar à gestão um relato financeiro de qualidade”.

Borges *et al.* (2007) relatam, em relação aos impactos que a transição, que o SNC trará para as empresas e profissionais, uma crescente exigência e a necessária atualização do *software* nos subsistemas de informação em exploração. Os autores sublinham ainda a necessidade dos profissionais se consciencializarem que com este novo modelo se quebra (para o bem e para o mal) a ligação com o paradigma do custo histórico, e se inicia uma nova etapa na contabilidade regulada pelo conceito de justo valor. Neste contexto, os autores alertam para a importância de uma preparação atempada de uma mudança.

Tal como referem os autores Silva (2010) e Cravo (2009), com a adoção do novo SNC estamos perante uma verdadeira revolução na Contabilidade, desde a primeira aula do comércio, em 1759, implementada pelo Marquês de Pombal. Segundo os autores, o impacto nas contas motivado pela conversão do POC para o SNC, irá concentrar-se

principalmente ao nível da situação líquida, nas variações da conta dos resultados, nos instrumentos financeiros e imparidades. Silva (2010) menciona ainda que a questão principal que se coloca aos profissionais no âmbito da adoção do novo normativo é saber se com a adoção do SNC se evita ou acaba com as práticas pouco ortodoxas da chamada “contabilidade criativa”

Pires (2010) compreende que a orientação do SNC, à semelhança do normativo do IASB, tem como objetivo essencial a preparação e apresentação de informação financeira preferencialmente orientada para as decisões de investimento e, nesse sentido, especialmente dotado para ajudar a identificar a capacidade da entidade para gerar futuros fluxos de caixa. Segundo o autor, este novo modelo que privilegia a divulgação de informação sobre o valor criado mas também sobre o valor potencial, apresenta uma estrutura de relato mais moderna e, tendencialmente, mais afastada da fiscalidade que coloca mais ênfase no valor realizado.

A este respeito Santos (2009: 8), Ministro das Finanças em funções aquando a adoção do SNC, salienta que “estruturalmente, pretende-se que o SNC seja fiscalmente neutro”, quer por assim dizer que o resultado fiscal não variará em função do modelo contabilístico aplicável, mas em função das regras fiscalmente determinadas. Nesta conformidade, considera que a adoção do SNC não terá efeitos em matéria de arrecadação de receita fiscal.

2.6.1 O Impacto da transição para o SNC, para os profissionais da contabilidade

A profissão contabilística, tanto a nível nacional e internacional, encontra-se numa fase de grande evolução. Essa evolução requer uma mudança de hábitos, uma grande coragem e capacidade de adaptação. Segundo o Bastonário da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas (OTOC), Domingues Azevedo (2010), o esforço que os TOC estão a fazer na transição do POC para o SNC será sem dúvida recompensado e ficará na história da profissão.

Sendo adverso ao POC, o SNC adota as normas desenvolvidas sob influência anglo-saxónica. Neste sentido vários profissionais de contabilidade e académicos destacam a mudança cultural subjacente à adoção do SNC. A esse respeito, Cravo (2009: 5-11) refere que:

“No meu entendimento, as modificações mais importantes têm a ver com a circunstância de o novo sistema assentar predominantemente em princípios, contrariamente ao que acontecia com o modelo que assenta ainda hoje no POC,

que faz prevalecer um conjunto de regras. Assim sendo, e dado que esta mudança tem muito de cultural, é de crer que a sua interiorização por parte dos destinatários do processo de normalização contabilística não seja imediata. (...) Trata-se de uma mudança de grande monta que, como disse antes, é ela própria indutora de uma alteração cultural pelo que o processo de interiorização, para ser eficaz, terá de ser, necessariamente, lento e gradual.”

Por seu lado, Antão (2009: 8) sublinha que “a forma de pensar em ambiente POC não é a mesma de pensar em ambiente SNC. Aprender regras novas é relativamente simples e rápido, o que já não acontece nas mudanças da forma de pensar que exigem um “acultramento” que só um estudo profundo e o tempo conseguem”.

2.6.2 O Impacto da transição para o SNC, nas empresas portuguesas

Os impactos da transição para o SNC, não afetam apenas os profissionais de contabilidade, mas também as empresas: “as alterações decorrentes do SNC não são apenas de cariz contabilístico, refletindo-se também no planeamento, nos sistemas de informação e nas operações. Este é, assim, um projeto que envolve toda a empresa” (PriceWaterHouseCoopers, 2009: 9).

Segundo Bandeira (2009), a adoção do SNC terá que corresponder a uma alteração de mentalidade e na forma de pensar o relato financeiro e a própria contabilidade. O autor sublinha a necessidade de melhorar a qualidade do relato financeiro em termos de comparabilidade e melhor transparência das informações relatadas. Para o autor, o SNC representa uma oportunidade para as empresas portuguesas, em termos de internacionalização do seu negócio e no acesso ao crédito.

Por seu lado, Correia (2009) refere que o SNC segue uma corrente que visa conceber um sistema de relato de informação que seja flexível e abrangente e, consequentemente, responsabilizador em contraste com o POC que se baseava em regras pouco flexíveis e concretas de contabilização e divulgação.

O SNC trará igualmente implicações ao nível da apresentação das DF's, seu conteúdo e divulgações da informação financeira. Com efeito, a informação contida na face das DF's será mais reduzida, passando a haver um maior desenvolvimento das informações contidas no anexo (Farinha, 2009). Assim, a adoção do SNC impõe uma maior necessidade de divulgações, daí o anexo assumir um papel muito mais importante neste normativo, permitindo aos utilizadores elaborar as suas análises com um conjunto muito mais amplo e mais rico de informação do que com o POC (Correia, 2009).

De acordo com Correia (2009), o princípio da substância sobre a forma, embora não sendo novo, ganha mais força com o SNC. São exemplo da ênfase na substância económica em detrimento da forma legal, a definição de provisões que engloba as denominadas “obrigações construtivas” (NCRF 21, §8), a inclusão da separabilidade para satisfação do critério de identificabilidade dos ativos intangíveis (NCRF 6, §12), e o elenco de critérios de índole económica no reconhecimento de réditos (NCRF 20, §14).

Uma outra alteração decorrente da adoção do SNC, refere-se à utilização do justo valor, na mensuração dos elementos patrimoniais, já que se baseia nas normas do IASB, as quais visam em primeiro lugar empresas com valores transacionados nos mercados de capitais. Cada norma explica o critério de mensuração a usar na data de aquisição, na mensuração inicial e à data do encerramento das contas, mensuração subsequente. São muitas normas que permitem a escolha do justo valor na mensuração subsequente dos elementos patrimoniais, sobretudo ativos fixos tangíveis, propriedades de investimento, instrumentos financeiros. As variações do justo valor deverão ser reconhecidas em resultados ou em capitais próprios, dependendo das rubricas em análise. Desta forma, tais variações poderão também provocar impactos mais ou menos significativos nas DF's das entidades (Correia, 2009).

Em relação à apresentação das demonstrações de resultados sobressai a extinção dos itens extraordinários. O SNC considera que todos os rendimentos e gastos são resultado da atividade normal da entidade, e por isso são considerados operacionais. Esta mudança de critério irá provocar alterações nas rubricas operacionais, uma vez que irão contemplar todas as situações que anteriormente eram consideradas extraordinárias. Segundo as normas, o justo valor pode apenas ser usado à data de aquisição do elemento, valor este que, na maioria das vezes, coincidirá com o valor de transação/custo histórico (Correia, 2009).

Costa *et al.* (2012) analisaram o impacto que a adoção do SNC teve nos capitais próprios das empresas. Com base nas últimas DF's apresentadas de acordo com o POC e as primeiras apresentadas de acordo com o SNC, compararam os capitais próprios e através da análise de um conjunto de 30 empresas. Os autores verificaram que o total da variação no capital próprio das entidades, representa somente 0,7% dos capitais próprios no normativo POC. Na opinião dos autores, esta variação é pouco significativa, e resulta da combinação de aumentos e diminuições que quase se anulam. No estudo foram verificadas variações significativas (>5%), positivas ou negativas em 40% das entidades.

Foram detetadas nas 30 entidades as seguintes alterações mais representativas no capital próprio, as quais se encontram sintetizadas na seguinte tabela:

Tabela 1: Alterações no Capital Próprio

Alterações nas entidades	89 Alterações com impacto no Capital Próprio	As mais representativas (> 80% das variações em valor)
41	Positivas	Subsídios ao Investimento
48	Negativas	Instrumentos Financeiros Derivados; Ativos Fixos Tangíveis; AI; Capital e Prestações Suplementares; Impostos Diferidos e Benefícios Empregados

Fonte: Elaboração Própria, adaptado de Costa *et al.* (2012)

Tal como referem os autores, a variação positiva no capital próprio devido aos subsídios ao investimento só acontece porque o SNC optou por um método de reconhecimento não permitido nas IFRS, e que igualmente não era seguido no POC.

Síntese:

A globalização da economia e dos mercados, provêm consequentemente das melhorias verificadas nas tecnologias de informação, da necessidade das empresas acederem a mercados de capitais internacionais, bem como da necessidade dos investidores diversificarem a sua carteira de títulos.

O resultado do processo de globalização e os consequentes problemas derivados da diversidade de práticas contabilísticas entre países tornou-se imprescindível o estabelecimento de um conjunto único de normas contabilísticas que permitam alcançar, no âmbito internacional, um nível adequado de harmonização contabilística.

Perante a necessidade de harmonizar as práticas contabilísticas, o IASB emergiu como um viável organismo de normalização contabilística mundial, com o objetivo de produzir um conjunto de normas contabilísticas de qualidade, de aceitação a nível mundial.

Foram realizados diversos estudos, no sentido de verificar o impacto que as IAS/IFRS tiveram na Europa. Em Portugal, foram analisadas empresas portuguesas cotadas, onde os vários autores efetuaram análises qualitativas e quantitativas, a nível internacional também foram analisados estudos referentes a alguns países, igualmente qualitativamente e quantitativamente.

A implementação do SNC foi fundamental, face à insuficiência do POC para entidades com maiores exigências qualitativas de relato financeiro. No entanto são vários os efeitos

provocados nos diversos setores, nos sistemas informáticos, no controlo orçamental e de gestão. A mudança do antigo normativo POC para o novo normativo SNC, afetaram tanto os profissionais da contabilidade como as empresas portuguesas. Neste sentido, verificamos que implementação efetiva do SNC implicará um longo período de adaptação por parte dos vários utilizadores e preparadores das DF's.

CAPÍTULO III – ESTÁGIO

CAPÍTULO III – ESTÁGIO

Este capítulo encontra-se estruturado em duas secções principais. Na primeira secção é descrita a história da empresa, a sua missão, valores e visão. Posto isto, é representado o organigrama da empresa, os seus produtos os seus princípios estratégicos, é feita referencia a alguns departamentos, nomeadamente o de marketing, o de qualidade e responsabilidade social, e o departamento onde me encontrei no período de estágio, o departamento administrativo.

Na segunda secção deste capítulo menciono o meu contributo na elaboração das tarefas do normal funcionamento do departamento, que me foram propostas/atribuídas. Comecei por descrever o diagnóstico financeiro realizado, as obrigações fiscais da empresa, e as operações de encerramento. Nesta secção também são apresentados os impactos sentidos na empresa ABC⁵ com a adoção do SNC. Para tal, apresentamos os resultados de uma entrevista efetuada ao TOC da empresa, bem como os resultados de uma análise comparativa entre as DF's: os balanços, demonstrações de resultados, e anexo de 2009 em POC e SNC.

O estágio teve como objetivo verificar o impacto da mudança de POC para SNC sentido pelos profissionais no departamento e a forma como afetou todo o funcionamento. Um outro objetivo passa por a aquisição de experiência, permitindo um primeiro contacto profissional na área, com base em todo conhecimento e aprendizagem obtida no mestrado e no departamento de contabilidade de estágio.

3.1 Apresentação da empresa de Estágio

3.1.1 História da Empresa

A empresa ABC – Material Sanitário, Lda. iniciou a sua atividade em 1993, na cidade de Viana do Castelo, constituída por duas pessoas. Desde o início, a aposta da empresa passa pela prestação de serviços de atendimento de proximidade, atividades de formação, através do centro de formação, apoio técnico e comercial, especialmente dirigido a um mercado de profissionais exigentes e serviços de assistência pós-venda em todo o país.

A empresa procura associar sempre a melhor relação qualidade/preço dos produtos à atitude de responsabilidade global. Está no mercado para proporcionar as melhores soluções técnicas e não apenas para vender produtos isolados. Impulsiona uma relação forte entre os

⁵ Por questões de confidencialidade impostas pela empresa, refiro-me à empresa como ABC, Lda.

profissionais e os fabricantes. Este posicionamento diferencia e exige muito rigor na escolha dos parceiros fornecedores.

A empresa, desde a sua criação, ao longo dos anos tem aberto várias lojas em todo o país: em 1997 abre a primeira loja, em Viana do Castelo; em 1998, criação do gabinete técnico; em 1999 abertura de mais uma loja a profissionais em Ponte de Lima; em 2001 abertura da delegação sul em Lisboa; e em 2004, abertura de mais uma loja em Lisboa. Em 2007, para além da abertura de mais lojas pelo país passa a contar com uma grande equipa técnica, comercial e logística, com respostas especializadas em três áreas distintas de produtos, sistemas para instalação: ABC – Tubagem; aquecimento, energia solar e ar condicionado: ABC – aquecimento; e equipamentos sanitários e decorativos: ABC – Decoração. Nos dois anos seguintes a empresa continua a abrir mais centros de atendimento a profissionais.

A empresa em 2010 ultrapassa um volume de negócios de €30.000.000 e com cerca de 180 colaboradores. É inaugurado o primeiro centro de formação. No início 2013, tendo em conta as perspetivas de evolução da conjuntura económica nacional, tomou como um dos objetivos estratégicos, a dedicação à exploração de um novo mercado PALOP's, onde foi constituída uma nova sociedade, ABC – Moçambique, Lda., a qual é detida, em partes iguais, pelos atuais sócios da ABC em Portugal. Um outro objetivo passa pela continuação dos processos de reestruturação interna, abrangendo todas as rubricas de gastos.

Atualmente, a empresa ABC é a maior empresa do setor em Portugal, com cerca de 150 funcionários.

3.1.2 Missão, Valores e Visão da empresa

Passo a mencionar a missão, os valores e a visão da empresa:

- **Missão:** Garantir um atendimento de qualidade e com soluções criativas procurando a satisfação dos profissionais e a melhoria contínua dos nossos serviços e produtos. Promover o crescimento da empresa, tendo em conta a sustentabilidade ambiental.
- **Valores:** Visa contribuir para o sucesso dos clientes, rigor profissional com abertura à mudança, espírito de equipa com ambição e humildade, e tem responsabilidade social e ambiental.
- **Visão:** Crescimento sustentado com desafios.

3.1.3 Princípios Estratégicos

Os principais princípios estratégicos da empresa ABC encontram-se consubstanciados na satisfação do cliente; aperfeiçoamento e inovação; desenvolvimento sustentável, compromissos sociais, e melhoria contínua (tal como podemos observar na tabela 2).

Tabela 2: Princípios Estratégicos

Satisfação do Cliente	Procura de uma forma sistemática e objetiva.
Aperfeiçoamento e Inovação	Constante em todas as fases do processo de modo a satisfazer as necessidades do mercado.
Desenvolvimento Sustentável	Permitir às gerações presentes satisfazer as suas necessidades, sem colocar em risco essa oportunidade às futuras.
Compromissos Sociais	Defesa da liberdade/valorização das pessoas: recusa de trabalho infantil; liberdade na relação no trabalho; segurança; saúde e higiene; liberdade de associação e representação; igualdade de oportunidades; melhoria nas condições de trabalho; recurso a uma cadeia de fornecimento que partilhe os nossos compromissos sociais.
Melhoria Contínua	Aumentar a eficácia e a eficiência do Sistema de Gestão da Qualidade e da Responsabilidade Social, fomentando o envolvimento de todos os colaboradores e restantes partes interessadas.

Fonte: Elaboração Própria, adaptado do “Manual de Gestão” da empresa ABC, Lda. (2013)

3.1.4 Produtos

As áreas de atuação da empresa possuem um ou mais gestores de produto, com forte ligação aos fabricantes, vocacionados para pensar nas necessidades dos clientes e descobrir as melhores soluções. Tal como referimos anteriormente, a empresa disponibiliza três gamas de produtos: tubagem, aquecimento e decoração (tabela 3).

Tabela 3: Produtos

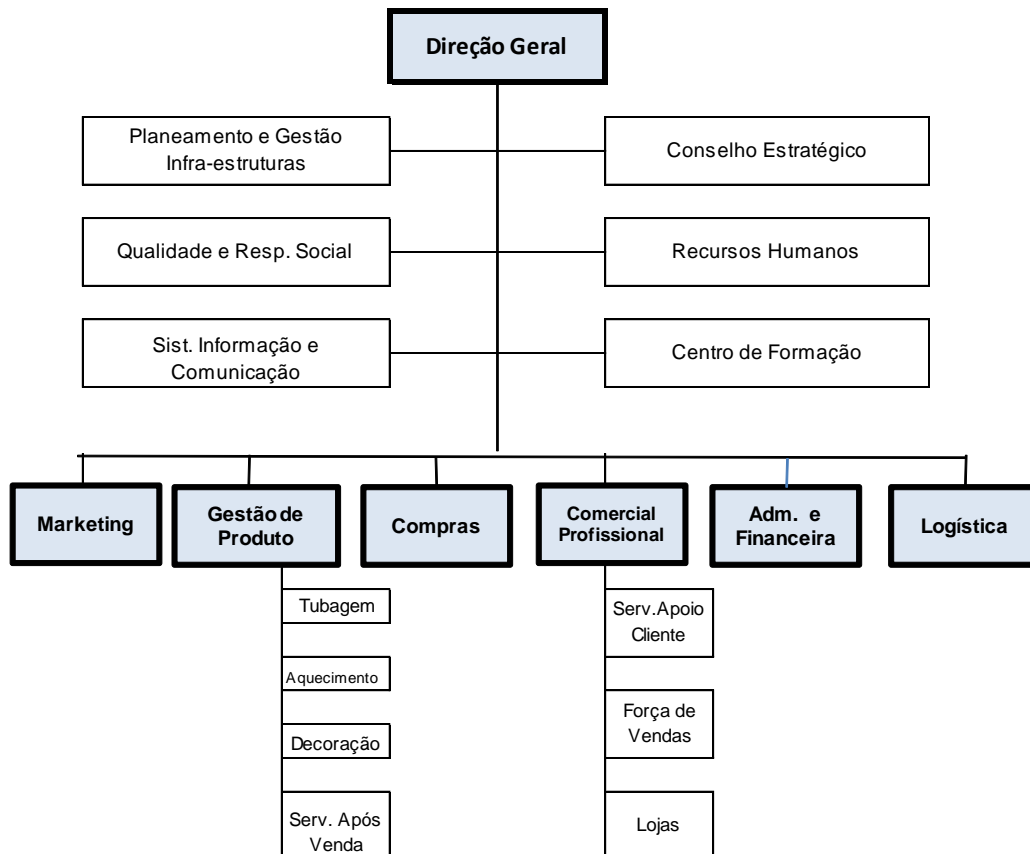
Tubagem	Soluções para instalação, baseadas em tubos multicamadas, com todas as possibilidades de acessórios; Uma gama para redes de gás, produtos para isolamento, evacuação de águas residuais e pluviais, separadores de gordura, etc.
Aquecimento	Soluções para aquecimento: energia solar, biomassa, gás, bombas de calor, ar condicionado e gásóleo. A gama abrange todos os equipamentos e materiais para os profissionais de instalação de aquecimento e de ar condicionado.
Decoração	Gama em permanente evolução e crescimento; desde produtos económicos a soluções com maior valor acrescentado, tecnológico e estético, assentes em novos padrões de <i>design</i> , alguns com prémios em feiras de especialidade.

Fonte: Elaboração Própria, adaptado do “Manual de Gestão” da empresa ABC, Lda. (2013)

3.1.5 Estrutura organizacional

A empresa ABC apresenta a seguinte estrutura organizacional:

Figura 1: Organigrama da empresa ABC, Lda.



Fonte: Elaboração Própria, adaptado do “Manual de Gestão” da empresa ABC, Lda.(2013)

Face ao organigrama apresentado, passo a descrever alguns departamentos, nos quais eu mantive algum contacto e que considero importantes para garantir a eficácia do funcionamento da empresa, não reduzindo a importância dos restantes.

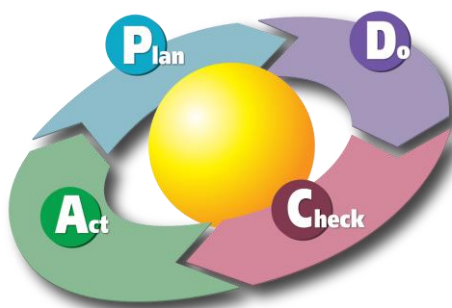
O apoio técnico é considerado um gabinete fundamental para o sucesso da missão da empresa. Este departamento está encarregue do desenvolvimento de novas soluções, até ao apoio técnico e acompanhamento em obra.

O Marketing é um departamento interno especializado em *design* e comunicação, tendo como objetivo principal o desenvolvimento de estratégias de comunicação e de conformidade dos produtos aos contextos em que são utilizados.

Em relação ao departamento de qualidade e responsabilidade social, o seu diretor possui a responsabilidade de implementar o sistema de gestão da qualidade e da responsabilidade social, manter a gerência informada sobre a adequabilidade e a eficácia do mesmo, bem como a necessidade de melhoria de desempenho. Compete igualmente a este departamento avaliar a compreensão da política e promover a divulgação dos objetivos de desempenho definidos; representar a empresa para assuntos relacionados com o sistema junto dos fornecedores e clientes; assegurar a promoção da consciencialização dos colaboradores para com os requisitos da prestação do serviço; e certificar que os processos do sistema são estabelecidos, implementados e mantidos.

De forma a garantir a melhoria contínua do desempenho do sistema de gestão da qualidade e da responsabilidade social, este departamento auxilia-se de normas, como a NP EN ISO 9001 – Sistemas de Gestão da Qualidade, e da norma SA 8000:2008 - Responsabilidade Social. O princípio de conformidade da integração destas normas e a implementação do sistema assenta no processo de melhoria contínua inerente a todas as atividades, produtos e serviços realizados pela empresa. Estando assim organizado, consoante o ciclo “*Deming*” (*Ciclo PDCA, “Plan, Do, Check, Act”*) pretendendo-se a criação de uma cooperação sistemática entre os processos de gestão e planeamento, processos de execução, processos de verificação e de melhoria, e processos de suporte à atividade, o que impulsionará o melhoramento contínuo.

Figura 2: Ciclo PDCA, “*Plan, Do, Check, Act*”



Fonte: http://es.wikipedia.org/wiki/C%C3%ADrculo_de_Deming

Um outro departamento fundamental para a empresa, é o departamento administrativo, onde decorreu uma parte significativa do estágio. Este departamento é composto por quatro membros: uma Tesoureira, dois TOC's, e outro membro que auxilia na organização, classificação e nos lançamentos contabilísticos.

Quanto aos recursos informáticos e tecnológicos do departamento, utiliza-se como programa de contabilidade, a aplicação S400 e uma recente aplicação o *Power UI*, as quais foram criadas pela *ALL@WORK* especificamente para a empresa. Para complementar a realização das tarefas diárias e como suporte de informação usamos as ferramentas básicas do Windows, o Word, importante para redigir cartas, circulares e outros documentos, e o Excel para a elaboração de mapas e tabelas relevantes, para auxiliar em conferências e para o cálculo de alguns rácios relevantes e fundamentais para as análises periódicas. A internet é outro meio bastante utilizado, quer para pesquisas frequentes, dúvidas pontuais e ainda, para a entrega das declarações, de forma eletronicamente simplificada.

De referir que todos os departamentos da empresa possuem um conjunto de computadores ligados através de um servidor em rede, de forma a ser rápido o acesso à informação em qualquer computador.

3.2 Trabalho Desempenhado

Após feita uma breve apresentação da empresa e respetiva integração na equipa, iniciei assim o meu estágio de três meses, no qual desempenhei diversas tarefas. Este estágio representou a minha primeira experiência profissional na área de contabilidade.

Para a realização do trabalho desenvolvido, por vezes era necessária a consulta do SNC e da legislação complementar. Também pude contar com o apoio e orientação dos colegas do departamento administrativo e do diretor financeiro, sendo ele o meu coordenador de estágio na empresa.

3.2.1 Diagnóstico Financeiro

A empresa recorre a vários tipos de financiamento, financiamentos no curto prazo e no médio/longo prazo. Nos empréstimos a médio/longo prazo, que estão normalmente destinados a projetos de criação, expansão, modernização e desenvolvimento da atividade da empresa, associa ao projeto de investimento um plano de amortização que prevê a

calendarização do reembolso do capital e o pagamento dos respetivos juros em função das necessidades da empresa e do investimento em causa.

A empresa recorre também ao *leasing*, o qual consiste numa modalidade de financiamento através da qual o locador⁶, segundo as instruções do seu cliente o locatário⁷, concede a disponibilização temporária de um bem, móvel ou imóvel, mediante o pagamento de uma quantia periódica, a renda, por um prazo estabelecido e relativamente ao qual o locatário possui uma opção de compra no final do mesmo prazo, perante o pagamento de uma quantia pré-acordada, designada por valor residual (Portal da Empresa, 2014). Na prática, esta modalidade de financiamento implica o pagamento de renda pelas viaturas adquiridas, durante o período de tempo estipulado no respetivo contrato, composta particularmente por amortização de capital e juros. Como auxílio ao *leasing*, é atualizado um mapa em Excel, onde constam os contratos de *leasing* em dívida até à data. No decurso do estágio, tive uma participação ativa na regularização deste mapa, o qual era periodicamente atualizado com os pagamentos mínimos futuros, os valores presentes e o gasto financeiro, a reembolsar no curto prazo, medio e longo prazo.

Em relação ao financiamento no curto prazo, a empresa recorre a contas correntes caucionadas, que consiste num acordo entre um banco e a empresa, onde o banco permite que o cliente tenha acesso a uma determinada quantia, mesmo sem saldo na conta, para que a empresa possa prevenir eventuais insuficiências de tesouraria a curto prazo. A empresa, em contrapartida, paga juros sobre os valores financiados através da conta caucionada.

A empresa também utiliza o desconto de letras e cheques: uma letra é um título de crédito, que permite titularizar uma dívida e transferir essa dívida para terceiros. Através da letra, uma entidade, pessoa ou organização, designada o sacador (que é credora de outra), dá ordem a essa outra entidade, o sacado, para pagar uma determinada quantia, o valor nominal da letra, ao fim de um certo prazo a quem seja possuidor dessa letra, o portador. (Jesus, 2007)

Um outro meio de financiamento de curto prazo vulgarmente utilizado pela empresa é o cheque. Este é um documento através do qual um titular de uma conta bancária ordena ao seu banco que, por contrapartida do débito da sua conta, este pague uma determinada quantia a um beneficiário, que pode ou não ser indicado no cheque. Um cheque pode ser endossado a um beneficiário diferente do originalmente estabelecido pelo sacado, bastando para isso o

⁶ locador - empresa de leasing

⁷ locatário - entidade que usufrui dos bens objeto de um contrato de locação financeira

beneficiário assinar o verso do cheque. Isto só não será válido se o cheque tiver sido emitido com a menção "não à ordem" escrita antes ou após o beneficiário do cheque.

Outras formas de financiamento de curto prazo utilizadas referem-se ao financiamento à importação, crédito documentário de importação, e o *confirming*. O financiamento à importação, com taxa de juro fixa ou indexada, destinada a liquidar as importações decorrentes da atividade da empresa, quer seja através de emissão de cheque, transferência para o estrangeiro, ou ainda liquidação de cobrança ou crédito documentário de importação.

O crédito documentário de importação consiste no compromisso pelo qual obriga o banco a pagar ao fornecedor das mercadorias importadas pela empresa, mediante a entrega dos documentos que comprovem a respetiva expedição. O pagamento poderá ser efetuado à vista ou numa data futura, tendo que ser efetuado dentro do prazo de validade definido.⁸

O *confirming* é um serviço que, atuando na cadeia produtiva dos clientes, permite antecipar aos fornecedores, recursos referentes à venda de bens e prestação de serviços, sem a necessidade de recorrer a uma linha de crédito no banco. Este serviço proposto por um banco encarrega-se de notificar os seus fornecedores e de efetuar os pagamentos nas datas acordadas de forma rápida e eficiente.

Em conjunto com o meu orientador da empresa no estágio, foi elaborado o diagnóstico financeiro, o qual teve como objetivo analisar os encargos bancários da empresa ABC. Iniciamos a análise efetuando um comparativo da exposição bancária nos anos de 2012 e 2013, tendo por base os mapas de endividamento de 07/01/2013 (relativo a 2012) e o de 03/01/2014 (relativo a 2013). A exposição bancária da empresa, relativa a esses períodos temporais, decompôs-se em financiamento médio/longo prazo e financiamento no curto prazo. No médio/longo prazo recorreu-se a empréstimos médio/longo prazo e *leasing*. No curto prazo recorreu-se a contas correntes caucionadas, desconto de letras e cheques, financiamento à importação, *confirming*, e crédito documentário à importação. Foram evidenciados graficamente os encargos bancários mais representativos, contabilizados no ano 2013, de acordo com o SNC, tendo por base as contas 6227 (serviços bancários) e 69 (gastos e perdas de financiamento). No âmbito do diagnóstico financeiro, conjuntamente com um colega do departamento administrativo, efetuamos uma análise comparativa do comissionamento dos Terminais de Pagamento Automático (TPA) dispostos nas lojas,

⁸ Os créditos documentários podem ser ainda: Irrevogáveis, só podem ser alterados com o acordo de todas as partes; Confirmados ou não confirmados, dependendo da existência de uma garantia adicional de um banco do país do beneficiário; e Transferíveis, créditos que podem ser transferidos para um segundo beneficiário, pelo valor total ou parcial.

analisando o comissionamento dos respectivos bancos, por forma apurar o mais vantajoso para a empresa.

Uma outra tarefa no contexto do diagnóstico financeiro, residiu na elaboração de um mapa de Excel dos custos unitários dos cheques, correspondente a cada banco, com que a empresa trabalha, e um outro mapa, onde é representado os custos dos portes com as transferências bancárias.

Elaborei também um outro mapa em Excel, denominado por “PLAFBANC” relacionado com os financiamentos da empresa. Para tal, tive por base um mapa anterior, e a consulta dos contratos. No “PLAFBANC” constam todos os bancos com que a empresa detém financiamento, no curto prazo e no médio/longo prazo, os tipos de financiamento, e a maioria de gastos que a empresa suporta. A realização deste mapa, teve como objetivo, garantir a sua correta atualização, aperfeiçoando a imagem para uma melhor interpretação do mesmo, fornecendo assim à empresa informação agrupada, respetiva às condições de financiamentos.

De salientar ainda, que o responsável de tesouraria tem o dever de controlar todos os prazos de pagamentos, efetuando as devidas transferências de forma a liquidar as dívidas. Para tal, é atualizado regularmente um mapa de Excel com o valor das prestações pagas e devidas pela empresa, nas respetivas datas, referente aos contratos de financiamento.

Com a realização de uma análise às faturas, detetou-se um erro de cobrança pelo Banco referente às comissões de renovação da conta de cheques pré-datados e conta corrente caucionada, onde o negociado era um determinado valor por cada renovação, e na realidade cobraram um valor superior.

De reforçar, a existência de uma necessidade continuada e ativa do processo de conferência das faturas emitidas pelo Banco, confrontando-as com os contratos celebrados, e/ou com o “PLAFBANC”.

3.2.2 Contabilidade Analítica

Na contabilidade analítica desenvolvem-se o inventário permanente dos inventários, determina-se os custos variáveis de produção, e seus desvios em relação ao custo planificado, o apuramento de todos os centros de custos, que se queiram desenvolver, os resultados de vendas, a regularização do valor das existências, os desvios em compras, e ainda, os proveitos ou encargos, não afetos à produção ou exploração (Caiado, 2008).

Na empresa ABC, a contabilidade interna é independente da contabilidade geral, com um plano de contas específico e próprio, mas no entanto estão interligadas. Para tal, na contabilidade analítica de exploração, a criação de um grupo especial de contas é fundamental para que permitam a ligação entre as duas contabilidades, para os movimentos que sejam comuns a ambas. Sendo o sistema contabilístico oriundo da França, a este tipo de contas foi dada pelos seus autores a designação de “Contas Refletidas”. Esta será naturalmente, a primeira Conta Principal ou do 1.º Grau, da contabilidade analítica de exploração.

A empresa onde estagiei faz uso da contabilidade analítica para apurar os custos dos diversos departamentos/atividades.

3.2.3 Práticas de Controlo Interno

“Um sistema contabilístico fiável deve assentar num sistema de controlo interno adequado. Só assim se pode confiar na informação por ele gerada. Informações contabilísticas distorcidas podem levar a conclusões erradas e consequentes tomadas de decisão danosas para a empresa” (Neves, 2008: 60).

O controlo interno de uma entidade compreende o plano de organização e todos os métodos e medidas adotados para salvaguardar os seus ativos, verificar a exatidão e a fidedignidade dos seus dados contabilísticos, promover eficácia operacional, e encorajar o cumprimento das políticas prescritas pelos gestores (Costa, 2010).

De acordo com a DRA 410⁹, o sistema de controlo interno integra cinco componentes interligados: (i) ambiente de controlo; (ii) avaliação do risco; (iii) procedimentos de controlo; (iv) informação e comunicação; e (v) monitorização.

No departamento administrativo onde trabalhei durante o período de estágio, a prática de controlo interno mais frequente era a reconciliação bancária, onde a empresa contou com a minha cooperação para a sua realização. Este controlo é feito periodicamente e existe um grande cuidado e empenho no sentido de evitar que assuntos pendentes transitem para o mês seguinte. A confirmação das transferências bancárias são de responsabilidade diária do departamento, verificando-se através dos extratos do banco. Quando comprovada a transferência pelo extrato, procede-se à emissão do recibo pelo departamento de crédito.

⁹ Diretriz de Revisão/Auditoria 410 – Controlo Interno.

3.2.4 Obrigações Fiscais

As empresas são sujeitos passivos de diversos tributos, sendo esta uma obrigação generalizada. O Estado determina que cada um desses tributos tenha de ser liquidado num determinado período de tempo, prazos esses fixos e rígidos que as empresas têm que respeitar de forma a garantir o funcionamento da atividade dentro da regularidade. Nestes prazos são entregues declarações, procede-se a pagamentos de impostos, taxas entre outros, pelo seu carácter obrigatório, afetando a organização das rotinas das empresas. Seguidamente serão relatadas as principais obrigações fiscais, onde tive a possibilidade de conhecer e aprofundar no decorrer do estágio.

3.2.4.1 Contribuições para a Segurança Social

As empresas são obrigadas, desde a sua criação, à inscrição na segurança social e à inscrição dos trabalhadores que admitem na atividade ao seu serviço. São responsáveis pelo pagamento das contribuições à segurança social relativamente aos montantes retidos aos trabalhadores ao seu serviço e aos descontos da empresa.

O contribuinte da empresa terá de estar registado no sistema de segurança social como entidade empregadora, e o prazo de pagamento das contribuições/quotizações é do dia 10 até ao dia 20 do mês seguinte àquele a que dizem respeito as remunerações. Se o último dia de pagamento coincidir com um sábado, domingo ou feriado, o pagamento pode ser efetuado no dia útil seguinte. Se pagar fora do prazo tem de pagar juros de mora sobre o valor da contribuição.

As empresas têm como obrigação entregar todos os meses à segurança social a declaração de remunerações, na qual, relativamente a cada trabalhador ao seu serviço, têm de indicar o valor da remuneração que está sujeita a descontos, os tempos de trabalho e a taxa contributiva aplicável, e deve ser entregue através do sítio da segurança social na Internet, até ao dia 10 do mês seguinte àquele a que dizem respeito, considerando-se entregue na data em que é considerada válida pelo sistema de informação da segurança social (DGSS, 2014).

O respetivo pagamento das contribuições pode ser efetuado em instituições bancárias, tesourarias da segurança social, nas caixas multibanco, ou pelo *Homebanking*. Na empresa onde realizei o estágio, acompanhei o envio da declaração de remuneração, que sempre foi entregue atempadamente.

3.2.4.2 Imposto Sobre o Valor Acrescentado

O Imposto Sobre o Valor Acrescentado (IVA) é um imposto geral sobre o consumo que incide sobre as transmissões de bens, as prestações de serviços, as importações e as aquisições intracomunitárias. É um imposto de base comunitária uma vez que é regulado por várias diretivas da UE, plurifásico pois incide sobre todas as fases do circuito económico, o que significa que é suportado pelos consumidores e utilizadores finais (Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado, 2014).

Cada operador económico é obrigado a entregar ao Estado o valor do imposto faturado nas vendas ou prestações de serviços efetuadas durante determinado período¹⁰ de tempo e ao mesmo tempo é credor do Estado pelo total do imposto pago nas compras e serviços contratados que efetivamente conferem direito à dedução nesse mesmo período. O valor apurado pela diferença entre o IVA liquidado e o IVA suportado e dedutível é aquele que deve ser entregue ao Estado, por meio da apresentação de uma declaração enviada pela internet e posterior pagamento, ou recuperado e/ou reportado para períodos seguintes.

A empresa, de acordo com o artigo 2º, nº1 alínea a) do Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado (CIVA) está sujeita a imposto. A entrega da declaração de IVA representa uma obrigação declarativa de carácter periódica e que respeita o disposto no artigo 41º do CIVA. Em conformidade com o CIVA, a declaração periódica deve ser assim enviada por transmissão eletrónica de dados, no caso específico da empresa¹¹, até ao dia 10 do 2.º mês seguinte àquele a que respeitam as operações.

A entrega efetiva deste imposto é feita via internet através dos dados do TOC que se limita a exportar para o *site* das finanças, a declaração é gerada automaticamente com suporte do programa informático. O documento é validado, submetido, e no final é impresso o comprovativo e a guia de pagamento¹², efetuado via transferência bancária e arquivado na contabilidade.

Uma vez que a empresa ABC, Lda. realiza operações intracomunitárias¹³, tem de apresentar uma declaração recapitulativa de IVA onde são discriminadas essas transações.

¹⁰ O período de apuramento do IVA pode ser mensal ou trimestral, consoante o disposto no nº 1 do artigo 41º do CIVA

¹¹ Caso de sujeitos passivos com um volume de negócios igual ou superior a 650 000 € no ano civil anterior.

¹² De acordo com os artigos 27º e 28º do CIVA, onde estão descritos os prazos de pagamento do IVA.

¹³ O artigo 1º do Regime do IVA nas Transmissões intracomunitárias (RITI) expõe sobre o tipo de operações intracomunitárias que efetivamente estão sujeitas a IVA.

O Decreto-Lei nº186/2009 de 12 de Agosto, introduziu algumas alterações na legislação nacional que obrigam os sujeitos passivos de IVA a enviar eletronicamente os dados das transações intracomunitárias efetuadas por meio de uma declaração recapitulativa, e tiveram efeito a partir de 1 de Janeiro de 2010. O valor tributável das transmissões de bens e serviços sujeitas a imposto, é o valor da contrapartida obtida ou a obter do adquirente, destinatário ou terceiro (Artigo 17º do RITI; Artigo 16º do CIVA). As possíveis deduções encontram-se nos artigos 19º e 20º do RITI e as taxas impostas estão de acordo com o artigo 18º do CIVA.

Em conformidade com o artigo 16.º do CIVA, e com o artigo 17.º do RITI, a declaração recapitulativa deve ser entregue por transmissão eletrónica de dados nos seguintes prazos: (a) até ao dia 20 do mês seguinte àquele a que respeitam as operações, para os sujeitos passivos cuja periodicidade seja mensal para a declaração periódica; (b) até ao dia 20 do mês seguinte ao final do trimestre civil a que respeitam as operações, no caso dos sujeitos passivos abrangidos pela alínea b) do n.º 1 do artigo 41.º do Código do IVA. Não obstante, o disposto na alínea b) do n.º 1, os sujeitos passivos aí referidos devem enviar a declaração recapitulativa até ao dia 20 do mês seguinte àquele a que respeitam as operações, quando o montante total das operações referidas na alínea c) do n.º 1 do artigo 23.º, durante o trimestre civil em curso ou em qualquer dos quatro trimestres civis anteriores, seja superior a 50 000 € (Artigo 126.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de Dezembro).

- **Mapas Recapitulativos**

Os mapas Recapitulativos são os anexos P e O, da declaração anual de Informação Empresarial Simplificada (IES), que os contribuintes, sujeitos passivos, devem entregar anualmente por via eletrónica, cujos dados se baseiam nos documentos contabilísticos da empresa. Nos mapas recapitulativos deverão estar identificados os sujeitos passivos, clientes no Anexo O, e fornecedores no Anexo P, cujas operações efetuadas no ano anterior, entre estes e a empresa, ultrapassam os 25 000 euros.

Os mapas recapitulativos devem ser entregues por sujeitos passivos, singulares ou empresas, desde que estes exerçam, de modo independente e contínuo, atividades de produção, comércio ou prestação de serviços, desde que as atividades preencham os pressupostos da incidência real do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) ou do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC).

3.2.4.3 Imposto Único Circulação

O Imposto Único Circulação¹⁴ (IUC), é um imposto anual que incide sobre a propriedade e não sobre a circulação, pago até o veículo ser abatido e atualizado todos os anos em janeiro. É o imposto que substitui o antigo “selo do carro” e não deve ser confundido com o Código do Imposto sobre Veículos, que é um imposto pago apenas quando o veículo é matriculado pela primeira vez, em novo ou como importado usado, e que já está incluído no preço de venda no caso dos novos.

O pagamento é feito sempre no mês da matrícula do carro ou no mês anterior. O pagamento do IUC quando se compra um carro novo ou importa um usado deve ser feito pela primeira vez até 90 dias depois da data da matrícula. O que conta para calcular o pagamento do IUC é sempre a data da matrícula portuguesa e não a data de fabrico do automóvel. Logo, os automóveis usados importados pagam consoante a data da matrícula portuguesa e não consoante a data de fabrico ou da matrícula do país de origem.

Nos veículos com matrícula a partir de 1 de julho de 2007, deverá somar o valor obtido a partir da cilindrada com o valor obtido a partir das emissões de CO2. Informação obtida a partir do Documento Único Automóvel. Este ano surge uma taxa adicional a ser aplicada a todos os automóveis ligeiros de passageiros a gasóleo que se enquadram nas categorias A e B (Lei n.º 83-C/2013, Artigo 202º a) e b)).

No decorrer do estágio, consultei a Lei, por forma a verificar a categoria e a cilindrada dos automóveis, a respetiva taxa, e a taxa adicional, e acompanhei o pagamento do imposto no *site* das finanças. Neste contexto, também desenvolvi um *dossier*, com as fotocópias dos documentos únicos automóvel de cada veículo da empresa, elaborei um mapa em Excel com a matrícula, o modelo, a categoria, se é ligeiro ou pesado, o tipo (se é mercadoria ou passageiro), e nas observações, se foi vendido (para um controlo dos veículos que ainda se encontram na empresa).

¹⁴ Reflete a Lei n.º 83-C/2013 (Orçamento de Estado para 2014)

3.2.4.4 Em sede de IRC

De um modo geral, podemos afirmar que IRC é um imposto sobre o rendimento, e não sobre a despesa ou património, periódico, estatal, progressivo, uma vez que temos duas taxas possíveis de aplicação de acordo com o valor da matéria coletável, e é um imposto autónomo normativamente e nas relações tributárias (Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, 2014).

É uma declaração fiscal, técnica e complexa. O seu correto preenchimento implica o conhecimento de uma grande diversidade de regras fiscais. Em muitos casos, o lucro contabilístico difere do lucro relevante para efeitos fiscais, sendo na declaração modelo 22 que se decompõem essas diferenças.

- **Modelo 22 de IRC**

A declaração modelo 22 de IRC refere-se aos rendimentos para efeitos de imposto sobre pessoas coletivas e diz respeito ao exercício anterior. Através da declaração, as empresas apuram o seu lucro ou prejuízo para efeitos fiscais e declaram o montante de imposto a pagar. Se a empresa foi fazendo entregas antecipadas de imposto referentes a um certo exercício, o preenchimento e envio da declaração modelo 22 de IRC serve para fazer o acerto de contas, apurando assim se há imposto a pagar ou a receber do Estado.

O preenchimento e envio da declaração modelo 22 do IRC é efetuado via *Internet* até ao último dia útil de maio de cada ano (se o documento se referir ao período normal de tributação), ou até ao último dia útil do 5º mês seguinte ao termo do período de tributação (se o documento disser respeito ao período especial de tributação). Após este prazo, as empresas ficarão sujeitas ao pagamento de uma coima, de acordo com o estipulado no Regime Geral das Infrações Tributárias (RGGIT). O preenchimento e envio da declaração modelo 22 do IRC via *Internet* é possível para as declarações com anexo A, B ou C, para os períodos de 1999 a 2010 e 2011, entregues dentro ou fora do prazo legal. Caso se detetem erros quanto ao preenchimento e envio da declaração modelo 22 do IRC, o remetente deverá corrigir as declarações erradas e submeter de novo a declaração que estava incorreta. Nunca deverá submeter novas declarações, enquanto existirem declarações erradas.

Para se obter o lucro tributável, parte-se do resultado líquido do exercício apurado nos termos da normalização contabilística, adicionado das variações patrimoniais positivas e deduzido das variações patrimoniais negativas, não refletidas naquele resultado, sendo adicionados e deduzidos os ajustamentos previstos no código. Estes ajustamentos são efetuados no quadro 07 da declaração de rendimentos modelo 22.

No quadro 09 da declaração de rendimentos modelo 22 é apurada a matéria coletável, partindo do lucro tributável apurado no quadro 07, ao qual são deduzidos determinados benefícios fiscais, bem como os prejuízos fiscais suscetíveis de dedução.

A Lei n.º 2/2014, de 16 de janeiro, procede à reforma da tributação das sociedades, alterando o CIRC, aprovado pelo Decreto - Lei n.º 442 -B/88, de 30 de novembro. O IRC devido é genericamente calculado sobre a matéria coletável apurada, por aplicação àquela da taxa de IRC, onde a taxa de IRC aplicável aos primeiros 15 000 euros de matéria coletável é de 17%, aplicando-se a taxa de 23% ao excedente, resultando na coleta, com subsequente dedução e acréscimo de determinados valores decorrentes da Lei (e.g. deduções à coleta), para quantificação do imposto a pagar ou a recuperar, operações que são demonstradas no quadro 10 da declaração de rendimentos modelo 22.

Durante o período do estágio foi possível fazer o acompanhamento no preenchimento da declaração provisória. Mais concretamente a minha contribuição residiu nos cálculos auxiliares referentes ao futuro preenchimento da declaração definitiva de rendimentos modelo 22.

- **Derrama**

Derrama Municipal:

Em relação à derrama municipal, ao IRC devido pode acrescer a derrama, a qual é receita municipal. A taxa geral de derrama, lançada pelos diferentes municípios, pode ascender até 1,50%, para sujeitos passivos cujo volume de negócios no período anterior ultrapasse ao 150.000 €, podendo coexistir uma taxa reduzida de derrama para empresas com volume de negócios inferior a 150.000€ no período anterior. A derrama incide sobre o lucro tributável do exercício, antes da dedução de prejuízos fiscais reportáveis.

Para o cálculo da derrama foi elaborado um mapa em Excel, onde consta a identificação dos Municípios, os códigos por distrito, e as taxas de derrama normais a aplicar no período fiscal (neste caso 2013). Estas taxas são atualizadas todos os anos, e usadas para o cálculo do produto resultante entre elas e a massa salarial (por distrito), depois calcula-se a taxa

média que incide sobre o lucro tributável do exercício, obtendo assim a nossa derrama a colocar na declaração.

A Derrama Estadual:

Em relação à derrama estadual, esta é devida pelas entidades residentes que exerçam, a título principal, atividades de natureza comercial, industrial ou agrícola e pelas entidades não residentes com estabelecimento estável em Portugal. O seu pagamento é efetuado com a entrega da Declaração de Rendimentos Modelo 22, pela diferença entre o montante apurado e os três pagamentos adicionais por conta efetuados nos meses de julho, setembro e até ao dia 15 de dezembro do ano anterior. No entanto poderá haver lugar a reembolso, caso o montante dos pagamentos adicionais por conta efetuados exceda o valor da derrama estadual que seria devido.

Tabela 4: Taxas de Derrama Estadual

De mais de 1.500.000 até 7.500.000	3
De mais de 7.500.000 até 35.000.000	5
Superior a 35.000.000	7

Fonte: Elaboração Própria, adaptado de

http://info.portaldasfinancas.gov.pt/pt/informacao_fiscal/codigos_tributarios/CIRC_2R/irc87A.htm

- **Tributação Autónoma**

A tributação autónoma¹⁵ é uma taxa aplicada a todos os sujeitos passivos de IRC que incide sobre determinados encargos ou gastos, independentemente de serem ou não aceites para efeitos fiscais.

A tributação autónoma surgiu no ano 2000, tendo sido criada com a reforma fiscal de 2001, com o intuito de combater a fraude e evasão fiscal. Tem sido amplamente utilizada, procurando abranger um conjunto cada vez mais vasto de categorias, sobretudo em tempos de crise económica.

Apurada de forma independente do IRC e da derrama, a tributação autónoma não está diretamente relacionada com a obtenção de resultados positivos, isto é, passíveis de tributação em sede de IRC. Em termos práticos, este imposto visa a tributação de encargos ou despesas realizadas por empresas que, especificamente, seriam usados ou teriam uma componente remuneratória na sua origem.

¹⁵ Artigo 73.º Taxas de tributação autónoma do CIRC

Uma situação de prejuízo fiscal, que não dava origem ao pagamento de impostos sobre um lucro que não existia, já não é possível. As empresas com prejuízo fiscal, além de já terem de fazer pagamentos especiais por conta, têm visto a sua taxa de tributação autónoma aumentada progressivamente, como podemos constatar na tabela 5.

Tabela 5: Taxa tributação autónoma dos sujeitos passivos de IRC

Descrição	Taxa (%)	
	2014	2013
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros, motos ou motociclos	10/27,5/35	10 / 20
Despesas de representação	10	10
Despesas não documentadas	50 / 70	50 / 70
Pagamentos a entidades residentes em regime fiscal claramente mais favorável	35 / 55	35 / 55
Ajudas de custo e deslocações em viatura própria não faturadas a clientes	5	5
Gastos ou encargos relativos a indemnizações decorrentes da cessação de funções de gestor, administrador e gerente	35	35
Gastos ou encargos relativos a bónus e outras remunerações variáveis pagas a gestores, administradores e gerentes	35	35
Lucros distribuídos a sujeitos passivos que beneficiam de isenção total ou parcial de IRC	23	25

Fonte: Elaboração Própria, adaptado de <http://www.pwc.pt/pt/guia-fiscal/2014/irc/tributacao-autonoma.jhtml>

Para se obter o resultado do valor da tributação autónoma, elaborei dois mapas de suporte em Excel, onde inicialmente foi gerado automaticamente através do *software* contabilístico de contabilidade geral, o valor de cada custo por número de documento à respetiva data, e o valor acumulado, referente às ajudas de custo e deslocações em viatura própria não faturadas a clientes desde 01/01/2013 até 31/12/2013 contabilizados no programa (conta 6322 e 62512), onde se calculou assim o valor da tributação autónoma.

- **Acompanhamento das Deduções dos Prejuízos Fiscais**

A reforma do IRC, Lei n.º 2/2014 de 16 de janeiro, diz que adicionalmente, a dedução de prejuízos fiscais¹⁶ apenas passa a poder efetuar-se até ao limite máximo de 70% do lucro tributável dos sujeitos passivos. Assim, os sujeitos passivos passam a apurar uma matéria coletável de, pelo menos, 30% do lucro tributável, sendo esta limitação aplicável já à dedução dos prejuízos fiscais disponíveis para utilização relativamente aos lucros tributáveis dos períodos de tributação que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2014. Com a reforma, foi também alargado o prazo de reporte de prejuízos fiscais de 5 para 12 anos.

É atualizado um mapa de Excel, com os períodos de ocorrência dos prejuízos, o valor total e as respetivas deduções realizadas, e o número de anos para dedução. De salientar que o número de anos e restantes condições têm sido alteradas várias vezes ao longo dos anos, o que requer uma atenção redobrada nesta atualização. Os prejuízos, não são referentes à empresa

¹⁶ Artigo 71º Regime específico de dedução de prejuízos fiscais do CIRC

ABC, Lda., mas a uma empresa completamente independente a esta, que pertence aos mesmos sócios, tal como consta no Anexo 1.

- **Pagamento Por Conta**

O Pagamento Por Conta (PPC) de IRC é um adiantamento sobre o imposto que será devido no final do ano que, de acordo com o nº1 do artigo 104º do CIRC, é uma obrigação das entidades residentes que exercem a título principal atividade comercial, industrial ou agrícola ou das entidades não residentes com estabelecimento estável em território português.

Este imposto deve ser parcelado em três PPC, montantes iguais, arredondados, por excesso, para euros, no próprio período de tributação a que respeita o lucro tributável, com vencimento em julho, setembro e 15 de dezembro (ou no 7.º, 9.º e dia 15 do 12.º mês do respetivo período de tributação, no caso de entidades cujo período de tributação não corresponda ao ano civil).

O seu valor é calculado com base no imposto liquidado relativamente ao período de tributação anterior, àquele em que se devam efetuar esses pagamentos, líquido de retenções na fonte sofridas não suscetíveis de compensação ou reembolso.

Segundo o artigo 105º do CIRC, o montante dos PPC deverá ser calculado da seguinte forma: (1) para um volume de negócios do período de tributação imediatamente anterior àquele em que se devam efetuar esses pagamentos seja igual ou inferior a 500 000 €, é obtido aplicando uma percentagem (80%) ao valor da coleta deduzido as retenções na fonte; (2) se o volume de negócios for superior, aplica-se uma percentagem (95%) ao valor da coleta deduzido as retenções na fonte.

Caso as entregas forem superiores ao imposto apurado no IRC haverá reembolso do excedente. Em caso contrário o sujeito passivo terá que pagar essa diferença.

No caso de o sujeito passivo verificar que o montante pago é igual ou superior ao IRC que será devido com base na matéria coletável do período de tributação em causa, pode deixar de efetuar o terceiro PPC. No entanto se a entrega da declaração de rendimentos modelo 22, em consequência da suspensão do terceiro PPC, deixou de ser paga uma importância superior a 20% da que deveria ter sido entregue em condições normais, são devidos juros compensatórios, calculados desde o termo do prazo em que a entrega deveria ter sido efetuada até ao termo do prazo para o envio da declaração ou até à data do pagamento da autoliquidação, se anterior.

- **Pagamento Especial por Conta**

O Pagamento Especial por Conta (PEC) corresponde a um pagamento antecipado por conta do imposto do exercício. O artigo 106º do CIRC indica-nos que estão sujeitas a este imposto as mesmas entidades que também são legalmente obrigadas a proceder ao pagamento do imposto anteriormente mencionado o PPC.

As entidades devem efetuar um PEC a liquidar em março de cada ano, ou em 2 prestações em março e em outubro ou no 3º e 10º mês do período de tributação, caso este não seja coincidente com o ano civil. O PEC não é aplicável no período de início de atividade e no seguinte.

O montante do PEC é igual a 1% do volume de negócios relativo ao período de tributação anterior, com o limite mínimo de € 1.000, e, quando superior, será igual a este limite acrescido de 20% da parte excedente, com o limite máximo de € 70.000 (n.º 2 do artigo 106º do CIRC). Ao montante apurado nos termos do número anterior deduz-se os PPC efetuados no exercício anterior. (n.º 3 do artigo 106º do CIRC).

Este pagamento é dedutível à coleta do próprio período de tributação ou, caso a coleta se revele insuficiente, até ao 6.º período de tributação seguinte. A parte que não puder ser deduzida, após os seis períodos de tributação, por insuficiência de coleta poderá ser reembolsável a pedido da empresa, mediante apresentação de requerimento.

Quando seja aplicável o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (RETGS), é devido um PEC por cada uma das empresas que compõem o grupo, líquidos dos PPC que seriam devidos por cada uma das respetivas empresas, caso este regime não fosse aplicável.

Para alguns sujeitos passivos existe a possibilidade de dispensar do regime do PEC (e.g. isenção total de IRC, sujeito passivos em processo de insolvência ou recuperação de empresas, cessação de atividade).

Os sujeitos passivos que tenham deixado de se qualificar para a utilização do regime simplificado de determinação da matéria coletável, ao falharem os requisitos do montante anual ilíquido de rendimentos (200.000 €) ou o critério do balanço (inferior a 500.000 €), devem efetuar o PEC até ao fim do 3º mês do período de tributação seguinte.

- **Modelo 31 de IRC**

O modelo 31 de IRC é destinado à determinação das mais-valias e menos-valias fiscais, nos termos definidos no artigo 46.º do CIRC, “ geradas pela transmissão onerosa de ativos intangíveis, ativos fixos tangíveis, propriedades de investimento e ativos biológicos não consumíveis, ainda que reclassificados como ativos não correntes detidos para venda e partes de capital, qualquer que seja o título por que se opere e, bem assim, os decorrentes de sinistros ou os resultantes da afetação permanente daqueles elementos a fins alheios à atividade exercida.”

Também são apuradas as correspondentes mais-valias e menos-valias contabilísticas, as quais devem “ ser expurgadas do resultado líquido do período para determinação do lucro tributável, de modo que este seja influenciado, exclusivamente, pelas mais-valias ou menos-valias fiscais”. (Portaria n.º 92-A/2011, de 28 de fevereiro – 41 Série I, 1ºSuplemento, modelo 31 Instruções de Preenchimento: 5)

Para cada um dos grupos de ativos, devem utilizar-se mapas em separado (assinalando com "X" o respetivo grupo): (i) Ativos fixos tangíveis; (ii) Ativos intangíveis; (iii) Propriedades de investimento; Ativos biológicos não consumíveis; e (iv) Partes de capital.

Fiz o acompanhamento na confirmação das depreciações/amortizações do exercício e acumuladas do imobilizado da empresa, segundo o SNC, e a parte correspondente das mesmas aceite fiscalmente. A portaria nº376 – 2013, procede à atualização dos coeficientes de desvalorização da moeda a aplicar aos bens e direitos alienados durante 2013, atualizados anualmente segundo a previsão dos artigos 47.º do Código do IRC e 50.º do Código do IRS. Posteriormente, foi efetuado o preenchimento do modelo, num mapa de Excel, obtendo assim as mais ou menos valias fiscais, tal como consta no Anexo 2.

- **Modelo 32 de IRC**

O modelo 32 de depreciações e amortizações, e as respetivas instruções de preenchimento foi aprovado com a publicação da portaria n.º 94/2013 de 4 de março.

O mapa pode ser preenchido por grupos homogéneos (considera-se como tal, o conjunto de bens da mesma espécie e cuja depreciação/amortização, praticada por idêntico regime, se deva iniciar no mesmo período) ou elemento a elemento. No entanto, devem utilizar-se mapas separados para cada um dos seguintes grupos de ativos não correntes, assinalando com “X” o respetivo grupo: ativos fixos tangíveis; ativos intangíveis; ativos biológicos não consumíveis; e propriedades de investimento (se mensuradas ao custo).

Este mapa destina-se à determinação dos limites legais e controlo das depreciações de ativos fixos tangíveis, de propriedades de investimento e dos ativos biológicos não consumíveis desde que mensurados ao modelo do custo, assim como das amortizações de ativos intangíveis.

No preenchimento do mapa devem ser observadas várias recomendações, como por exemplo, em relação aos elementos que se encontram totalmente depreciados/amortizados, os quais não necessitam de constar do mapa.¹⁷

Na empresa ABC, o modelo 32 é gerado automaticamente com suporte do programa informático de contabilidade, relativamente aos bens que se encontram totalmente depreciados/amortizados, e os abatidos naquele ano. Os bens abatidos, deixam de constar na contabilidade no ano seguinte a serem abatidos. Os bens constam no mapa com o objetivo de um controlo da classe 4.

3.2.4.5 Declaração Anual IES

A declaração anual da IES é uma declaração anual obrigatória para as empresas e para os empresários com contabilidade organizada. É feita através do preenchimento de formulários eletrónicos, de forma a proceder à entrega das declarações de contas anuais, para fins contabilísticos, fiscais e estatísticos, numa única declaração. Os formulários para entrega da IES estão disponíveis no Portal das Finanças. Note-se, contudo que esta declaração apenas pode ser submetida pelo respetivo TOC, não podendo o contribuinte fazê-lo autonomamente (Portaria nº26/2012 de 27 janeiro).

A data de entrega da IES em 2014, referente ao ano de 2013, decorreu de 1 de junho a 15 de julho de 2014. Apesar do meu estágio não ter decorrido no período da entrega da declaração de IES, considero relevante fazer referência à mesma, visto ser uma obrigação da empresa. Uma outra razão que justifica a sua inclusão no relatório de estágio, prende-se com o facto de terem sido detetadas divergências na declaração IES de 2010, entre os valores declarados no anexo O da IES, respetivamente aos clientes da empresa que, por sua vez, diferem com os valores declarados pelos clientes no seu anexo P. Em resposta a essas divergências, foram separadas as diferenças positivas (valor superior no anexo O declarados pela empresa) e as negativas (valor superior no anexo P dos clientes), seguidamente foram analisadas as contas correntes de cada cliente por forma a detetar a origem dessa diferença.

¹⁷ Todavia, poderão ser mencionados, globalmente e, em primeiro lugar.

3.2.4.6 Modelo 10

A declaração modelo 10 destina-se a declarar os rendimentos sujeitos a imposto, auferidos por sujeitos passivos de IRS ou IRC residentes no território nacional, bem como as retenções na fonte. O artigo 119º (nº1 alíneas c e d) do CIRS obriga à entrega anual desta declaração até ao último dia do mês de fevereiro, ou até aos 30 dias posteriores à ocorrência de determinado facto que altere os montantes declarados.

A entrega deste modelo é feita pelo TOC responsável no portal das finanças que se limita a exportar esta declaração gerada automaticamente no *software* da contabilidade, a validá-la, submetê-la e, por fim, à emissão do comprovativo de envio, arquivado posteriormente com o comprovativo da declaração preenchida numa pasta de “Documentos Fiscais”.

3.2.4.7 Retenção na Fonte

Alguns rendimentos têm de ser deduzidos do IRS logo no momento do seu pagamento. A entidade que paga os rendimentos tem a obrigação de reter o imposto e de o entregar ao Estado por conta do seu titular. É a este mecanismo que se chama de retenção na fonte. A retenção na fonte funciona como um adiantamento do imposto por parte do contribuinte. O IRC é objeto de retenção na fonte nos casos previstos no nº1 do artigo 94º do CIRC, sendo que as taxas a aplicar estão descritas no nº 4 do mesmo artigo. Por seu lado, a obrigação de efetuar a retenção na fonte cumpre os prazos que constam no nº 6 do artigo 94º do CIRC, o qual refere que “a retenção na fonte de IRC ocorre na data que estiver estabelecida para obrigação idêntica no Código do IRS ou, na sua falta, na data da colocação à disposição dos rendimentos, devendo as importâncias retidas ser entregues ao Estado até ao dia 20 do mês seguinte àquele em que foram deduzidas e essa entrega ser feita nos termos estabelecidos no Código do IRS ou em legislação complementar”.

No que diz respeito à empresa ABC, esta retém na fonte rendimentos provenientes dos vencimentos dos seus funcionários, e das rendas respetivas às lojas que paga mensalmente. O valor da retenção sobre a renda só sofre alterações quando as taxas ou o valor bruto da renda são modificados. A declaração das retenções é elaborada diretamente no portal das finanças percorrendo os seguintes passos: introduzir NIF e palavra-chave do TOC, «Entregar» por TOC, «Declarações», «Retenções na fonte IRC/IRS e I. Selo (por TOC)».

3.2.5 Operações de Encerramento

Todo um processo de encerramento de contas não se inicia na data de fecho do período, são utilizadas neste processo os registos contabilísticos efetuados durante todo ano e após o dia 31 de dezembro. Assim sendo, as entidades vão procedendo aos registos contabilísticos durante o ano, contribuindo para a elaboração de um balancete de situação reportado a 31 de dezembro.

Seguidamente inicia-se o processo de encerramento de contas, integrando duas tarefas em sentido lato: o processo de conferência de contas, e o processo de concretização dos lançamentos de encerramento.

Consideram-se igualmente que nas operações de encerramento, todos os registos que contribuem para o apuramento do resultado contabilístico, da elaboração das DF's permitem também traduzir o desempenho das empresas ao longo do exercício económico.

3.2.5.1 Circularização

A circularização, ou confirmação externa, é uma prova de auditoria obtida como resposta direta que o revisor/auditor recolhe de uma terceira entidade, a entidade que confirma os dados, sob forma de papel, sob forma eletrónica ou por qualquer outro meio (Conselho Nacional de Supervisão de Auditoria, 2010).

A obtenção de confirmações externas é um procedimento geralmente usado no âmbito de uma revisão/auditoria às demonstrações financeiras. Poderá ser bastante útil para obter prova de auditoria relativa a asserções das DF's em áreas tais como contas a receber ou a pagar, bancos, depósitos de clientes e outros passivos, investimentos, garantias, passivos contingentes, transações significativas fora do normal desenvolvimento do negócio e transações com partes relacionadas. Embora a solicitação de confirmações externas seja usualmente feita em relação a saldos pendentes, pode igualmente ser utilizada para recolher informação relativa aos termos de uma dada transação, ou para confirmar a ausência de certas condições paralelas ou "*side arrangements*".

A Diretriz de Revisão/Auditoria n.º 505 (DRA 505), emitida pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC), bem como a Norma Internacional de Auditoria 505 (ISA 505), emitida pelo *International Federation of Accountants* (IFAC), estabelecem os requisitos relevantes e proporcionam orientação quanto à utilização de procedimentos de obtenção de confirmações externas (circularização).

Neste âmbito, elaborei e preparei o envio das cartas, para o advogado (Anexo 3), para os clientes, fornecedores (Anexo 4), para o Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação (IAPMEI), para as Companhias de Seguros e para o Banco de Portugal. De referir, todavia, que tanto os clientes como os fornecedores, não são circularizados na totalidade são circularizados por amostra, consoante critérios pré-definidos, como sejam a saldos de valor superior à materialidade, saldos contranatura, entre outros. O ROC também solicitou que lhe fosse enviado os extratos das contas correntes dos clientes e fornecedores por ele requisitados. Para tal, mediante a lista dos clientes e fornecedores, por ele fornecida, fiz o processamento dos extratos, com supervisão do TOC da empresa.

3.2.5.2 Revalorizações e Impostos Diferidos

Em consonância, com o código de IRC e outra legislação fiscal avulsa, existem várias situações cujo tratamento contabilístico difere do tratamento fiscal. Os impostos diferidos resultam das diferenças entre as normas contabilísticas e as normas fiscais, concretamente entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e as respetivas bases fiscais (diferenças temporárias), dando origem aos passivos por impostos diferidos (que representam mais imposto sobre o rendimento a pagar no futuro), a incluir na declaração modelo 22 e a ativos por impostos diferidos (que representam poupança futura de imposto sobre o rendimento).

Com base na NCRF 25, o lucro tributável é diferente do lucro contabilístico. As diferenças entre ambos podem ter duas naturezas, diferenças definitivas ou diferenças temporárias. As diferenças definitivas, não revertem para os períodos seguintes, são gastos ou rendimentos que afetam o resultado fiscal mas nunca o contabilístico e vice-versa. Alguns exemplos disso são, as multas, IRC, e menos valias contabilísticas. As diferenças temporárias, podem ser tributáveis, aumentando o imposto a pagar ou dedutíveis, diminuindo o imposto a pagar como por exemplo, a reavaliação do imobilizado, prejuízos fiscais, e subsídios ao investimento.

As diferenças temporárias tributáveis resultam de um incremento de tributação e, do seu efeito fiscal, resulta a contabilização de passivos por impostos diferidos. Ou seja, originará no futuro num incremento de tributação em imposto sobre o rendimento.

As diferenças temporárias dedutíveis resultam numa diminuição de tributação e, do seu efeito fiscal, resulta a contabilização de ativos por impostos diferidos. Resulta no futuro numa diminuição de tributação em imposto sobre o rendimento.

Como procedimento ao reconhecimento de ativos ou passivos por impostos diferidos, temos de verificar se estamos perante operações do tipo:

- Existência de prejuízos fiscais, acumulados ou do período, para os quais a entidade tem perspectivas de utilizar no prazo prescrito na legislação fiscal;
- Contabilização de imparidades em ativos;
- Contabilização de imparidades não aceites fiscalmente;
- Contabilização de gastos com provisões não aceites;
- Utilização do Método de Equivalência Patrimonial (MEP), nas participações financeiras;
- Reconhecimento de subsídios ao investimento no capital próprio;
- Opção pelo modelo de revalorização de ativos fixos tangíveis;
- Opção pelo modelo de revalorização de ativos intangíveis;
- Ajustamentos para o justo valor de ativos não aceites para efeitos fiscais;
- Contabilização do ativo relacionado com entregas ao Fundo compensação do trabalho;
- e
- Utilização de benefícios fiscais com deduções à coleta não utilizados no ano corrente.

Segundo o parágrafo 31 da NCRF 7 – Ativos Fixos Tangíveis, a mensuração após o reconhecimento, conforme o modelo de revalorização relata que um ativo fixo tangível cujo valor possa ser mensurado fiavelmente deve ser escriturado por uma quantia revalorizada, sendo o seu justo valor à data da revalorização menos as depreciações acumuladas subsequentes e perdas por imparidade acumuladas subsequentes. As revalorizações devem ser feitas com frequência, de forma a assegurar que a quantia escriturada não difira materialmente daquela que seria determinada pelo uso do justo valor à data do balanço.

Em relação ao processo de revalorização, no caso de terrenos e edifícios, o justo valor deve ser determinado, a partir de avaliações realizadas por avaliadores profissionalmente qualificados e independentes, a partir de provas com base no mercado. Não é da responsabilidade do TOC proceder à avaliação, deve no entanto ter acesso aos relatórios emitidos pelos avaliadores, e proceder à sua leitura e análise, com sentido crítico, para posteriormente retirar destes relatórios os elementos necessários à mensuração dos ativos em causa.

Na empresa foi efetuada uma revalorização de um terreno, onde resultou numa diferença temporária tributável, diferença essa entre o valor atualizado com base no coeficiente de desvalorização (coeficiente: alterado todos os anos) e o valor contabilístico (com reavaliação). A essa diferença aplica-se a taxa de imposto (IRC 23% + DERRAMA

1.50%). Seguidamente, verifica-se se a diferença entre esse valor e o anterior é positiva ou negativa, e efetua-se o lançamento de impostos diferidos, se for uma diferença negativa reconhece-se como passivos por impostos diferidos. Caso contrário, como ativos por impostos diferidos.

3.2.5.3 Depreciações/Amortizações

As amortizações e depreciações vão de encontro à regra fiscal, são calculadas com base nas taxas máximas definidas no Decreto Regulamentar n.º 25/2009, onde são identificados os bens e as respetivas taxas. O método de amortização usado na empresa para ativos intangíveis com vidas úteis finitas, é exclusivamente o método das quotas constantes, as depreciações dos ativos fixos tangíveis, também são calculadas segundo o mesmo método.

O SNC preconiza a adoção de critérios económicos na elaboração das DF's. Por conseguinte, é recomendável a adoção de depreciações/amortizações económicas, as quais refletem de forma mais aproximada o desgaste real do imobilizado. No entanto, este método, nem sempre se verifica na prática, devido a dificuldades na sua implementação.

A informação correspondente às depreciações/amortizações, dos ativos intangíveis e dos ativos fixos tangíveis é divulgada no anexo.

3.2.5.4 Imparidades

A estrutura conceptual do IASB refere que um ativo é um recurso de uma entidade que resulta de acontecimentos passados, dos quais se espera que fluam para a entidade benefícios económicos futuros (§49). Assim, quando o ativo deixa de representar esses benefícios económicos futuros, de forma total ou parcial, deve ser reconhecida a sua imparidade. A imparidade pode ocorrer a nível de um ativo individual ou conjunto de ativos.

As normas referem imparidades em ativos para variadas situações, tais como:

- Imparidades em ativos, no âmbito da NCRF 12 – Imparidades em Ativos, que se reporta a ativos fixos tangíveis, ativos intangíveis, propriedades de investimento, quando mensuradas pelo método do custo, a ativos não correntes detidos para venda.
- Imparidades em ativos financeiros, no âmbito da NCRF 27 – Instrumentos Financeiros.

Com a introdução do SNC, foi criada a NCRF 12 – Imparidade de Ativos, que tem por base a IAS 36 – *Impairment of Assets*. Esta norma não só apresenta os procedimentos que as entidades devem aplicar para assegurar que o valor líquido contabilístico dos seus ativos não

exceda o seu valor recuperável, mas refere também em que condições se podem reverter perdas por imparidade e respetivos procedimentos.

Com suporte do programa informático de contabilidade, é feita uma consulta aos saldos dos clientes, os que se apresentaram como devedores no final do ano (31-12-2013). A empresa tem por base uma folha de cálculo de Excel, onde estão identificados os clientes e seu código distintivo, onde é calculado o total das imparidades a ter no final do ano na contabilidade, imparidades que transitam do ano anterior e do próprio ano, confirmado o valor da respetiva conta desse cliente no programa informático de contabilidade. Obtendo, desta forma, o total a débito. Posteriormente calcula-se a diferença entre o saldo da conta imparidade no final do ano e o total obtido anteriormente, e procede-se ao lançamento da diferença apurada reconhecendo como perda por imparidade.

Também a pedido do TOC da empresa, elaborei um *dossier* com a sua orientação, para entregar ao Revisor Oficial de Contas (ROC), para que este passe uma certificação de créditos incobráveis de dedução de IVA. Para tal, fiz o arquivo do processo de cada cliente, com base na consulta do extrato de conta no razão, da conta de perdas por imparidade acumuladas (2191), correspondente ao ano 2013, entre janeiro e dezembro. É arquivado no *dossier*, as cartas enviadas para o administrador/a de insolvências; uma certidão do processo de insolvência, passada pelo oficial da justiça, constando a identificação das empresas e o crédito no valor global. A elaboração de uma declaração de responsabilidade, para entregar conjuntamente ao ROC, confirmando os valores como verdadeiros.

Para efeitos de controlo, é preenchido um mapa Excel, com a identificação do documento contabilístico, o número do processo judicial, o nome do cliente, o seu NIF, o valor em dívida e o valor do IVA regularizado a favor da empresa ABC, Lda. (que correspondia ao IVA incluído no nosso crédito sobre a empresa insolvente), e os dados do administrador da insolvência de cada cliente, o nome e a morada.

3.2.5.5 Fundo de Compensação do Trabalho

Em relação ao Fundo de Compensação do Trabalho (FCT), é um fundo autónomo, dotado de personalidade jurídica e gerido por um Conselho de gestão. É um fundo de capitalização individual financiado pelas entidades empregadoras por meio de contribuições mensais. As contribuições mensais, por sua vez, devem ser reconhecidas como um ativo financeiro dessa entidade, mensurado pelo justo valor, com as respetivas variações reconhecidas em resultados. As contribuições constituem assim, uma poupança a que se encontram vinculadas, com vista ao pagamento de até 50% do valor da compensação a que os

trabalhadores abrangidos pelo novo regime venham a ter direito na sequência da cessação do contrato de trabalho.

Existirá lugar ao reconhecimento de impostos diferidos, uma vez que a quantia da eventual valorização gerada pelas aplicações financeiras dos valores do FCT só é considerada rendimento para efeitos tributários aquando o reembolso à entidade empregadora.

3.2.5.6 Regime de Acréscimo

As DF's são preparadas de acordo com o regime de acréscimo ou da periodização económica. Ao ser usado este regime, os itens são reconhecidos como ativos, passivos, capital próprio, rendimentos e gastos, (os elementos das DF's), quando satisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos contidos na estrutura conceptual.

Através deste regime, os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram, e não quando caixa ou equivalentes de caixa sejam recebidos ou pagos, sendo estes registados contabilisticamente e relatados nas DF's dos períodos com os quais se relacionem. As DF's informam os utentes, não somente das transações passadas, envolvendo o pagamento e o recebimento de caixa, mas também das obrigações de pagamento no futuro e de recursos que representem caixa a ser recebida no futuro.

De acordo com a legislação em vigor, o artigo 237º do Código do Trabalho, os empregados ganham direito às férias e ao subsídio de férias, no dia 1 de janeiro de cada ano, por ter prestado serviços numa entidade durante o ano anterior, ou parte dele. Na empresa fiz os lançamentos das estimativas de férias e subsídio de férias a pagar em 2014 assumindo como gasto do ano em que estes prestaram serviço e ganharam o direito às férias e ao subsídio de férias. Também efetuei outros lançamentos de credores por acréscimo de gastos e respetivas regularizações, relacionado com as despesas a pagar em 2014, que se reportam a gastos de 2013, relacionados com as comunicações, água, eletricidade e juros suportados. Em relação aos juros suportados, sendo estes de empréstimo, para um controlo do valor correto dos juros, que corresponde ao ano em causa e ao seguinte, auxiliei-me de fórmulas do Excel para obter o valor correto ao período de tempo correspondente.

3.2.5.7 Subsídios ao investimento (Quadro de Referência Estratégico Nacional)

Um sistema de incentivos às empresas visa apoiar o investimento produtivo de inovação, o empreendedorismo, a Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (I&DT), e a utilização de fatores imateriais de competitividade. Os sistemas de incentivos ao investimento das empresas, são instrumentos fundamentais das políticas públicas de dinamização económica, nomeadamente em matéria da promoção da inovação e do desenvolvimento regional. Estes instrumentos assumem uma relevância significativa no domínio da prioridade Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) «Fatores de Competitividade», a ser executada não só através do programa operacional fatores de competitividade, mas também pela via dos programas operacionais regionais. Tendo em atenção a situação atual de desenvolvimento da economia portuguesa e a sua inserção no quadro competitivo internacional, os incentivos ao investimento empresarial, apontam para um acréscimo de produtividade e competitividade das empresas, e a melhoria do perfil de especialização de Portugal, apoiando o desenvolvimento territorial e a internacionalização da economia, e priorizando o apoio a projetos de investimento em atividades de produção de bens e serviços transacionados ou internacionalizáveis.

Para fazer face ao exposto anteriormente, foram criados três sistemas de incentivos:

- O Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico nas empresas (SI I&DT), tende reforçar o esforço nacional de I&DT e a criação de novos conhecimentos, por forma a aumentar a competitividade das empresas, promovendo a articulação entre estas e as entidades do Sistema Científico e Tecnológico (SCT);
- O Sistema de Incentivos à Inovação (SI Inovação), visa a inovação no tecido empresarial, pela via da produção de novos bens, serviços e processos que suportem a sua progressão na cadeia de valor e o reforço da sua orientação para os mercados internacionais, bem como do estímulo ao empreendedorismo qualificado e ao investimento em novas áreas com potencial crescimento; e
- O Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de Pequenas e Médias Empresas (PME), (SI Qualificação PME), visa a promoção da competitividade das PME através do aumento da produtividade, da flexibilidade e da capacidade de resposta e presença ativa no mercado global.

Nos termos do previsto nos contratos de concessão de incentivos e nos termos de aceitação estabelece-se a norma de pagamentos (orientação de gestão nº05.REV2/2013)

aplicável às tipologias de projetos Vale I&DT dos SI QREN. A empresa ABC, Lda. fez uso do mesmo, seguindo todo o processo estipulado para a obtenção dos respetivos pagamentos.

3.2.5.8 Quotizações empresariais

Os benefícios fiscais em sede de imposto sobre o rendimento de pessoas coletivas declaram-se no anexo F – Benefícios Fiscais da declaração anual e deduzem-se ao imposto a pagar pelas sociedades através da modelo 22.

Tendo em conta o artigo 44.º das quotizações a favor de associações empresariais do CIRC, podemos proferir que é considerado gasto do período de tributação o valor das quotizações¹⁸ pagas pelos associados a favor das associações empresariais em conformidade com os estatutos. O valor aceite como gasto é o valor correspondente a 150% do total das quotizações efetivamente pagas, não podendo, contudo, o montante a deduzir exceder 2 % do volume de negócios da empresa.

No âmbito do estágio, contribui para o apuramento do valor das quotizações, com suporte de um mapa de Excel. Neste mapa, foram representadas todas as prestações, respetiva data e valor desde Janeiro 2013 até Dezembro do mesmo ano, tendo por base a consulta das quotizações (6883) contabilizadas no programa informático de contabilidade da empresa, obtendo assim o benefício fiscal a considerar.

3.2.5.9 Benefícios Fiscais ao Investimento (Crédito Fiscal Extraordinário ao Investimento)

De forma a contribuir para o sucesso do Programa de Ajustamento Económico e Financeiro para Portugal, com o objetivo de promover a competitividade e o emprego, foi criado, pela Lei n.º49/2013, de Julho (Anexo n.º1), um novo incentivo fiscal ao investimento em sede de IRC, com a designação de Crédito Fiscal Extraordinário ao Investimento (CFEI).

O CFEI corresponde a uma dedução à coleta de IRC no montante de 20% de despesas de investimento realizadas em ativos afetos à exploração, até à concorrência de 70% daquela coleta. O investimento elegível para este crédito fiscal terá que ser realizado entre 1 de Junho de 2013 e 31 de Dezembro (relativamente ao comum dos sujeitos passivos, cujo período de tributação em IRC coincide com o ano civil) e poderá ascender a um montante máximo de 5 milhões de euros.

¹⁸ Republicado pela Lei n.º2/2014 -16/1 do CIRC, mantendo a redação anterior deste artigo.

Nas despesas de investimento elegível enquadram-se como tal, os ativos fixos tangíveis, os ativos intangíveis, seguindo algumas limitações¹⁹, ficando fora dos ativos elegíveis as propriedades de investimento, os terrenos, são também excluídas as despesas em ativos suscetíveis de utilização na esfera pessoal, tal como viaturas ligeiras de passageiros e mistas, entre outros. A dedução será realizada à coleta de IRC do exercício do investimento, e por um período adicional de até 5 ano, sempre que aquela seja insuficiente.

Na empresa onde realizei o estágio, dei o meu contributo para a realização do cálculo do CFEI. Para tal, após analisar as condições legais inerentes ao cálculo, elaborei uma tabela em Excel, onde foram incluídos os investimentos elegíveis, com suporte do programa informático e da consulta das faturas referentes a esses investimentos.

3.2.5.10 Demonstrações Financeiras

Para a apresentação das DF's²⁰, existem as Bases para Apresentação de Demonstrações Financeiras (BADF), com requisitos que permitem assegurar a sua comparabilidade.

As DF's destinam-se a satisfazer as necessidades de informação financeira, para a tomada de decisões económicas, dos seus utentes. São representadas de forma estruturada, fornecendo a posição financeira e o desempenho de uma entidade e proporcionando informação sobre: ativos; passivos; capital próprio; rendimentos (réditos e ganhos); gastos e perdas; outras alterações no capital próprio; e fluxos de caixa.

As DF's devem ser apresentadas no pressuposto da continuidade, no regime de periodização económica ou de acréscimo.

Uma entidade deve preparar as suas DF's, exceto para informação de fluxos de caixa utilizando o regime de periodização económica ou de acréscimo. Deve manter as suas políticas contabilísticas e de apresentação, de um período para a outro, para que a comparabilidade das DF's não seja afetada.

Em relação à materialidade e agregação, cada classe material de itens semelhantes deve ser apresentada separadamente nas DF's, no entanto se uma linha de item não for material, ela deve ser agregada a outros itens.

Os ativos e passivos, e os rendimentos e gastos não devem ser compensados, exceto quando tal for exigido/permitido por uma NCRF como por exemplo: a apresentação das mais-valias, que poderá ser compensada com as menos valias contabilísticas.

¹⁹ Artigo 4.º da Lei n.º49/2013 estabelece os requisitos de elegibilidade das despesas de investimento em ativos afetos à exploração.

²⁰ Previstas no ponto 2 do anexo ao Decreto-Lei n.º158/2009, de 13 de julho.

Regra geral, a informação comparativa, deve ser divulgada em relação ao período anterior de todas as quantias relatadas nas demonstrações financeiras.

As DF's a apresentar pelas entidades sujeitas ao SNC, onde os modelos foram publicados pela portaria n.º 986/2009, de 07 de setembro, são: o balanço; demonstração dos resultados por naturezas; a demonstração dos resultados por funções, é opcional; demonstração das alterações no capital próprio; demonstração dos fluxos de caixa; e o anexo.

À exceção do anexo, a elaboração do balanço, da demonstração de resultados por naturezas, a demonstração das alterações de capital próprio e a demonstração de fluxos de caixa é feita automaticamente pelo programa de contabilidade geral, não obstante de possíveis erros e correções finais efetuadas manualmente. Posto isto, achei relevante fazer um breve enquadramento teórico, das DF's, nomeadamente o balanço, seguidamente a demonstração de resultados, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração de fluxos de caixa, e por fim o anexo e o meu contributo para a sua realização.

- **Balanço**

Segundo Borges *et al.* (2007: 29), “O Balanço é um quadro alfanumérico que contém informação reportada a determinada data, acerca dos recursos que a entidade utiliza e da forma como estão a ser financiados pelos titulares da entidade e por terceiros.”

No balanço temos representado, os ativos e passivos correntes, separados dos passivos e ativos não correntes, conforme o definido nos parágrafos 10 a 13 da NCRF 1 – Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras²¹.

Para um ativo ser classificado como corrente tem de satisfazer qualquer um dos seguintes critérios: (a) Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido, no decurso normal do ciclo operacional da entidade; (b) Esteja detido essencialmente para a finalidade de ser negociado; (c) Espera-se que seja realizado num período até doze meses após a data do balanço; ou (d) É caixa ou equivalente de caixa, a menos que lhe seja limitada a troca ou uso para liquidar um passivo durante pelo menos doze meses após a data do balanço (NCRF 1, §14). Por conseguinte, todos os ativos que não cumpram um destes critérios serão classificados como não correntes.

²¹ A diferença entre correntes e não correntes, prende-se com a definição de ciclo operacional. Grenha *et al.* (2009: 261) define o ciclo operacional como “...o tempo entre a aquisição de ativos para processamento e sua realização em caixa ou seus equivalentes”.

Em relação aos passivos, estes serão classificados como correntes se satisfizerem um destes critérios: (a) Se espere que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade; (b) Esteja detido essencialmente para a finalidade de ser negociado; (c) Deva ser liquidado num período até doze meses após a data do balanço; ou (e) A entidade não tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após a data do balanço (NCRF 1, §17). Consequentemente, todos os passivos que não cumpram um destes critérios serão classificados como não correntes.

O capital próprio corresponde ao património líquido da empresa e é composto pelas seguintes rubricas com tradução contabilística: capital social, reservas, prestações suplementares e resultados transitados.

- **Demonstração de Resultados**

Segundo Borges *et al.* (2007: 39) “a demonstração dos resultados é um quadro alfanumérico que contém informação reportada a um determinado intervalo de tempo, isto é período de tempo que medeia entre as datas do balanço”.

Na demonstração de resultados, os itens de rendimentos e de gastos reconhecidos num período devem ser incluídos nos resultados a não ser que uma norma imponha de outra forma.

Na empresa analisei um mapa relativo à demonstração de resultados previsionial que, ao qual permitiu obter a lista dos gastos previsionais e rendimentos previsionais relativos às operações registadas no programa.

- **Demonstração das Alterações no Capital Próprio**

A demonstração das alterações no capital próprio, foi criada para refletir todas as modificações no capital próprio entre dois períodos contabilísticos, isto é, explicar as alterações ocorridas na expressão monetária e na composição do capital próprio. As alterações no capital próprio de uma entidade entre duas datas de balanço refletem assim o aumento ou a redução nos seus ativos líquidos durante o período (NCRF 1).

Com a exceção das alterações resultantes de transações com detentores de capital próprio, a alteração global no capital próprio durante um período representa o resultado líquido (que resulta da diferença entre rendimentos e gastos em cada período, ou seja, a gerada pelas atividades da entidade); e todas as alterações que são geradas pelas atividades da entidade mas que não transitam pela demonstração dos resultados.

Este modelo vem introduzir um novo conceito, o resultado integral, “...que resulta da agregação direta do resultado líquido do período com todas as variações ocorridas em capitais próprios não diretamente relacionadas com os detentores de capital, agindo enquanto tal” (NCRF 1, §41).

- **Demonstração de Fluxos de Caixa**

A demonstração de fluxos de caixa vem permitir a comparabilidade entre empresas, estando imune à contabilidade criativa, possibilitando também avaliar a capacidade da empresa (Paiva, 2011).

Este modelo vem regulado na NCRF 2. Segundo esta norma, a demonstração de fluxos de caixa, tem por finalidade “...exigir informação acerca das alterações históricas de caixa e seus equivalentes de uma entidade por meio de uma demonstração de fluxos de caixa que classifique os fluxos de caixa durante o período em operacionais, de investimento e de financiamento.” (NCRF 2, §1).

A apresentação de uma demonstração de fluxos de caixa, aparece classificada por atividades (atividades operacionais, de investimento e financiamento, ver tabela 6), proporcionando assim informação aos utentes, permitindo-lhes determinar o impacto dessas atividades na posição financeira da entidade e nas quantias de caixa e seus equivalentes.

Tabela 6: Fluxos de caixa

Atividades de Fluxos de Caixa	
Atividades operacionais	São as principais atividades produtoras de rédito e outras que não sejam de investimento ou financiamento.
Atividades investimento	Derivam da aquisição e alienação de ativos a longo prazo e de outros investimentos não incluídos em equivalentes de caixa.
Atividades financiamento	Alteram a dimensão e composição do capital próprio contribuindo e dos empréstimos obtidos.

Fonte: Adaptado da NCRF 2

Face ao exposto, a demonstração de fluxos de caixa assume assim uma grande importância, permitindo ao utente da informação financeira obter informação relativa à forma como os recursos financeiros fluíram na entidade de relato naquele período.

- **Anexo**

Segundo o parágrafo 43 da NCRF 1, o anexo deve: (i) apresentar informação acerca das bases de preparação das DF’s e das políticas contabilísticas usadas; (ii) divulgar a informação

exigida pelas NCRF; e (iii) proporcionar informação adicional que não seja apresentada na face do balanço, na demonstração dos resultados, na demonstração das alterações no capital próprio ou na demonstração de fluxos de caixa, mas que seja relevante para uma melhor compreensão de qualquer uma delas.

O anexo reúne um conjunto de divulgações exigidas pelas NCRF. Neste sentido, cada entidade deverá apresentar as notas de uma forma sistemática, sendo que as notas 1 a 4 serão sempre explicadas e ficam reservadas para os seguintes assuntos:

1. Identificação da entidade;
2. Referencial contabilístico de preparação das DF's;
3. Principais políticas contabilísticas;
4. Fluxos de caixa.

Em conformidade com a NCRF 1 (§48), a entidade tem o dever de divulgar, no anexo, informação acerca dos principais pressupostos relativos ao futuro, e outras principais fontes de incerteza das estimativas à data do balanço, que tenham um risco significativo de provocar um ajustamento material nas quantia escrituradas de ativos e passivos durante o período contabilístico seguinte.

O anexo é o complemento à informação constante do balanço preconizado pelo SNC, reduzindo à sua densidade de informação, proporcionando ao utente todos os esclarecimentos de que necessitará para poder fazer um juízo, enquadrado pela observância das características qualitativas e suas limitações.

No decorrer do estágio, dei o meu contributo na elaboração de mapas em Excel, por forma a auxiliar a elaboração do anexo. Elaborei um mapa para os contratos de *leasing*, com a consulta dos valores presentes (isto é, o valor em dívida à data 31-12-2013 correspondente ao balancete de contabilidade geral), o total dos pagamentos mínimos futuros correspondem ao valor do capital em dívida acrescido de IVA (se este não for dedutível), mais os juros. Fazendo corresponder o período de pagamento de dívida: se é até 1 ano; entre 1 a 5 anos; ou mais de 5 anos.

As locações financeiras correspondem assim a um item no anexo, onde é evidenciado a quantia escriturada líquida à data do balanço, para cada categoria de ativo, no caso da empresa, por edifícios, equipamento básico e de transporte. Também é evidenciado, a reconciliação entre o total dos futuros pagamentos mínimos da locação à data do balanço e ao seu valor presente.

Participei igualmente na elaboração de um mapa em Excel, referente à classe 4, também de apoio à elaboração do anexo, de acordo com o SNC, tendo por base o balancete de 2013. No mapa são refletidas as contas de propriedades de investimento, conta 42; de ativos intangíveis, conta 44; ativos fixos tangíveis, conta 43; investimentos em curso, conta 45; está representado o saldo de cada conta e subconta, correspondente ao valor no final de 2012; as amortizações dos ativos intangíveis, as depreciações dos ativos fixos tangíveis e das propriedades de investimento ocorridas durante o ano 2013, e as acumuladas. Com o objetivo de calcular o valor do ativo líquido no total e de cada rubrica. Representando assim os valores da quantia escriturada bruta e depreciação acumulada (agregada com perdas por imparidade acumuladas) no início e no fim do período, e os valores do ativo líquido.

3.2.5.11 Relatório de Gestão

O relatório de gestão é obrigatório, segundo o artigo 66º do CSC, sendo a sua estrutura é comum a todas as sociedades comerciais, ou entidades que apliquem aquele código, independentemente da sua dimensão ou sistema de normalização que adotem. Destina-se a descrever, com referência às contas apresentadas, o estado e evolução dos negócios e deve ser assinado por todos os administradores, gerentes ou diretores. Conforme refere expressamente o artigo 66º, este deve conter uma exposição fiel e clara da evolução dos negócios, do desempenho e da posição da sociedade, devendo dela constar em especial:

- A evolução da gestão nos diferentes sectores em que a sociedade exerceu a sua atividade;
- Os factos relevantes ocorridos após o termo do exercício;
- A previsível evolução futura;
- O número e o valor nominal das quotas ou ações próprias adquiridas ou alienadas durante o exercício e detidas no fim do exercício, motivos e preços;
- A existência de sucursais;
- As autorizações concedidas a negócios entre a sociedade e os seus administradores; e
- A proposta fundamentada de aplicação dos resultados.

No decorrer do estágio tive oportunidade de analisar o relatório de gestão referente ao ano 2012. Passo a descrever alguns pontos fulcrais evidenciados no relatório: apresenta uma introdução sobre a atividade; os seus principais objetivos estratégicos; a evolução da empresa, comparativamente ao mercado, o desenvolvimento de programas relacionados com a melhoria da eficiência e do otimismo de gestão de custos, nomeadamente a implementação a nível de

recursos humanos; uma apresentação dos resultados alcançados no que respeita ao volume de negócios revelando também se a evolução da atividade seria favorável ou desfavorável face aos anos anteriores, através do resultado operacional, dos indicadores económicos (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and amortization* (EBITDA), *Earnings Before Interest and Taxes* (EBIT), a margem de contribuição, a rentabilidade, o Valor Acrescentado Bruto (VAB), os custos de financiamento, e os prazos médios de recebimento e pagamento); os investimentos nas diversas rubricas (ativos fixos tangíveis, propriedade de investimento, e ativos intangíveis); efetuou-se o comparativo com os anos anteriores dos indicadores financeiros (autonomia financeira, o endividamento a solvabilidade, entre outros) e a evolução através dos rácios económico – financeiros; uma análise aos principais riscos e incertezas; são também incluídos no relatório as DF's, o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio a demonstração de fluxos de caixa, seguidamente o anexo, onde passo a descrever o seu conteúdo.

No anexo consta a identificação da entidade, o referencial contabilístico de preparação das DF's, as principais políticas contabilísticas, os fluxos de caixa (a desagregação dos valores inscritos na rubrica caixa e depósitos bancários); as políticas contabilísticas; as alterações nas estimativas contabilísticas e erros (a empresa faz referencia à não existência dos mesmos); as partes relacionadas (as remunerações do pessoal da gestão); um ponto para os ativos intangíveis; outro para os ativos fixos tangíveis; para as locações; para a forma de reconhecimento dos custos de empréstimos obtidos (gastos de acordo com o regime do acréscimo); nas propriedades de investimento temos a descrição do método de depreciação usado (quotas constantes), as taxas de depreciação usadas definidas no decreto regulamentar n.º25/2009, a quantia escriturada bruta e depreciações acumuladas, agregada as perdas por imparidade acumuladas, no início e no fim do período; são evidenciadas num ponto seguinte as perdas por imparidade de ativos (clientes), agregada as reversões de perdas por imparidade reconhecidas durante o período; em relação aos inventários, a política contabilística adotada na sua mensuração e fórmula de custeio usada (as existências de matérias primas foram valorizadas ao custo de aquisição ou de mercado); o rédito, as políticas para o seu reconhecimento, métodos para determinar a fase de acabamento de transações que envolvam a prestação de serviços e a quantia de cada categoria (vendas/prestação serviços); faz referência aos subsídios e apoios do governo; aos impostos sobre rendimento, discriminando o valor do gasto por impostos correntes, as diferenças temporárias – reversão de ativos por impostos diferidos (gasto por impostos diferidos).

Findando, o relatório encontra-se devidamente assinado pelo órgão de gestão e o TOC, à data correspondente, 28 fevereiro 2013, conjuntamente com o parecer do ROC.

3.2.5.12 Prestação de Contas e Elaboração das atas das assembleias gerais

A prestação de contas é o ato em que se evidencia a evolução, o desempenho e a posição financeira da empresa no exercício. Para Araújo *et al.* (2013) a prestação de contas é muito mais que divulgar informação. Baseia-se em identificar e assumir com responsabilidade e transparência os impactos das políticas, decisões, ações, produtos e desempenho a eles associados.

Como podemos comprovar no nº1 do artigo 65º do CSC, cabe aos membros da administração, isto é, aos órgãos de gestão o dever de relatar a gestão e apresentar contas do exercício e demais documentos de prestação de contas previstos na lei, relativos a cada exercício anual, aos órgãos competentes da sociedade (assembleia geral de acionistas/sócios).

Esta deliberação deve realizar-se até ao dia 31 de março do ano seguinte, em assembleia geral, onde serão submetidos a aprovação as contas e os demais documentos contabilísticos e financeiros. A concordância com os elementos apresentados deve ficar declarada em ata (de acordo com o artigo 63º do CSC) que, por sua vez, deve também apresentar a solução discutida e consensual relativamente aos possíveis resultados positivos alcançados ou relativamente às mudanças exigentes de uma má situação que a empresa possa estar a atravessar. A assinatura da ata da Assembleia é um ato indispensável.

Os documentos de prestação de contas previstos no CSC incluem: o relatório de gestão; as DF's, balanço, demonstração dos resultados por naturezas, demonstração de resultados por funções (facultativa), demonstração dos fluxos de caixa, demonstração das alterações de capital próprio e anexo. O art.º 65º do CSC prevê ainda que existem “outros documentos de prestação de contas” para além do relatório de gestão e das DF's. Recorrendo ao art.º 70º do CSC encontra-se uma referência ao que o legislador pretende dizer com “outros documentos de prestação de contas” ao referir que a entidade deve disponibilizar aos interessados o “Relatório sobre a estrutura e as práticas de governo societário”, a “Certificação legal das contas” e o “Parecer do órgão de fiscalização, quando exista”.

Em relação à **elaboração da ata da assembleia geral**, esta deve ser lavrada por cada reunião da assembleia geral, segundo o nº2 do art.º63 do CSC, devendo conter: identificação da sociedade, o lugar, o dia e a hora da reunião; o nome do presidente e, se os houver, dos

secretários; os nomes dos sócios presentes ou representados e o valor das quotas de cada um; a ordem do dia; referência aos documentos e relatórios submetidos à assembleia; o teor das deliberações tomadas; os resultados das votações; e o sentido das declarações dos sócios, se estes o requerem.

No caso da empresa, uma sociedade por quotas, segundo o nº6 do art.º248 do CSC, as atas devem ser assinadas por todos os sócios que nelas tenham participação. Na tabela 7 encontra-se sintetizada a cronologia do processo de prestação de contas, para a entidade:

Tabela 7 : **Datas limite legais, de prestação de contas**

Datas limite legais	Contas individuais sem MEP - Soc. quotas
Data de encerramento do período	31-12-2013
Data do relatório e contas – com CLC ²²	01-03-2014
Data p/ consulta dos sócios	15-03-2014
Convocatória da assembleia	15-03-2014
Data da assembleia geral anual	31-03-2014
Depósito das contas	15-07-2014

Fonte: Elaboração Própria, adaptado de Enceramento de contas (2013)

3.2.6 Outras operações realizadas

Para além das funções anteriormente descritas, fui também auxiliando os meus colegas em diversas tarefas, as quais serão apresentadas de seguida.

- **Operações diversas**

Criei novas **fichas de clientes**, com a supervisão do responsável por essa função, no programa de contabilidade da empresa. Essa função é feita com uma frequência diária de forma a atualizar a informação o mais atempadamente possível, para garantir um melhor acompanhamento do cliente.

Verifiquei/presenciei no departamento a situação de **cancelamento de uma penhora**, o qual se processa da seguinte forma: inicialmente o agente de execução (solicitador) dá a ordem de penhora, depois se o cliente paga, é feito o cancelamento da penhora; esse processo de cancelamento origina custos com honorários, suportados pela empresa.

Verifiquei a **devolução de cheques pré-datados** pelo banco, porque o cliente não pagou. Os custos relativos à devolução dos cheques, cobrados pelo banco, são atribuídos, faturando esses custos ao cliente.

²² Data indicativa. Os documentos de prestação de contas devem estar disponíveis com antecedência para que o ROC ou Órgão de fiscalização se pronunciar (emitir CLC ou parecer) até à data em que as contas têm que estar disponíveis para consulta dos sócios/acionistas.

O **arquivo** é provavelmente a tarefa base da contabilidade. Neste sentido, durante o estágio também tive a oportunidade de contribuir para essa função na empresa, que consiste na organização em pastas próprias e por ordem crescente de numeração.

- **Fechos de caixa**

Uma outra tarefa por mim desempenhada no estágio foi, efetuar os lançamentos contabilísticos no programa de contabilidade da empresa, referentes aos **fechos de caixa** das várias lojas dispersas pelo país, recebidos eletronicamente, e posteriormente substituídos pelos originais rececionados pelos correios. Esta tarefa é feita diariamente, e no caso de se verificar diferenças de valores, entra-se em contacto com funcionário da loja, de forma a obter os devidos esclarecimentos sobre essas diferenças. Estes são retificados o mais breve possível, para que não transitem para o dia seguinte e se verifique acumulação de documentos.

- **Cobrança de juros a clientes**

Acompanhei o meu colega do departamento, na **cobrança de juros a clientes**, por incumprimento do prazo de pagamento das faturas, conforme o disposto no artigo 102.º - Obrigação de juros, do Código Comercial, que expõe, no caso de transações comerciais sujeitas ao Decreto-Lei n.º 62/2013, de 10 de maio, em relação aos juros moratórios legais e os estabelecidos sem determinação de taxa ou quantitativo, relativamente aos créditos de que sejam titulares empresas comerciais, singulares ou coletivas, são os fixados em portaria conjunta dos Ministros das Finanças e da Justiça, não poderá ser inferior ao valor da taxa de juro aplicada pelo Banco Central Europeu à sua mais recente operação principal de refinanciamento efetuada antes do 1.º dia de janeiro ou julho, consoante se esteja, respetivamente, no 1.º ou no 2.º semestre do ano civil, acrescida de oito pontos percentuais.

A taxa em vigor no 1º semestre de 2014, cumprindo o disposto no quadro legal relativo aos atrasos de pagamento, nomeadamente na Portaria 597/2005, de 19 de Julho, a Direcção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF) fixou em 8,25%, a taxa supletiva de juros de mora relativa a créditos de que sejam titulares empresas comerciais, singulares ou coletivas, nos termos do § 5º do artigo 102º do Código Comercial e do DL 62/2013, de 10/5.

- **Contabilização de Faturas**

No momento de receção das faturas, estas são classificadas numa conta de transição, faturas em receção e conferencia (conta 2251), para posteriormente serem classificadas na conta correspondente, que constituem a conta principal 221, por não terem chegado à

entidade até essa data ou não terem sido ainda conferidas, estas contas debitam-se, por contrapartida da conta 221, aquando da contabilização definitiva da fatura.

Posteriormente ao seu registo no sistema informático, as faturas necessitam de ser validadas pelo diretor financeiro. De seguida, são reunidas em lote todas as faturas validadas, e estão assim, disponíveis para efetuar o pagamento.

As contas 221 – Fornecedores c/c são de natureza credora e indicam as dívidas a fornecedores de bens e serviços que não se encontram tituladas por letras ou outros títulos de crédito. Esta conta foi decomposta em fornecedores nacionais, países comunitários e países terceiros. Estas contas creditam-se pelas compras a crédito de bens e serviços, por contrapartida do débito da conta 31 – Compras, ou da conta 62 – Fornecimentos e Serviços Externos, dependendo da natureza da despesa.

Também efetuei lançamentos de gastos com agências de viagens, entre outros.

3.2.7 Impactos Sentidos com a Adoção do SNC

Relativamente aos impactos, foi entrevista a esse respeito o TOC da empresa (Apêndice 1), expondo assim as dificuldades de adaptação sentidas, com a adoção do novo normativo. Também foi feita uma comparação entre os valores das rubricas das DF's de 2009, segundo os PCGA anteriores, e a data de transição para as NCRF.

Após feito o questionário ao TOC, com o objetivo de averiguar, as implicações com a mudança de POC para SNC sentidas na empresa e seus profissionais, pude concluir que foram poucas. Segundo o TOC da empresa ABC, Lda., verificou-se algum impacto nas áreas relativas ao processo contabilístico, o sistema informático, e a formação de pessoal. Quanto aos custos envolvidos no processo de transição, estes foram pouco significativos.

Relativamente aos efeitos da implementação das NCRF nas fases do processo contabilístico, verificou-se o seguinte, na fase do reconhecimento tiveram algum impacto; na fase da mensuração pouco impacto; e na fase de divulgação teve um impacto bastante significativo, devido ao facto do anexo anteriormente, servir de apoio à demonstração de resultados e balanço, e agora serve de apoio a todas as DF's.

As alterações provocadas pela aplicação das NCRF no valor dos resultados e dos ativos da empresa, segundo o TOC foram poucas.

No que respeita aos efeitos da aplicação das NCRF nos elementos das DF's, constatou-se um maior impacto, nos impostos diferidos e subsídios, sendo que também se verificou algum impacto nos ativos intangíveis.

Em relação à aplicação do justo valor segundo as NCRF, a alteração do custo histórico para o modelo do justo valor, gerou inicialmente algumas dificuldades. Na questão da utilização do justo valor na volatilidade dos elementos da DF, o TOC não deu qualquer opinião.

Na opinião do TOC, os prazos dados para assimilar a mudança de mentalidade e hábitos, em relação ao SNC foram razoavelmente adequados. Para fazer fase a todo processo de mudança foi criada uma tabela de equivalências informaticamente, onde foi feita a substituição das contas POC pelas SNC. Foi efetuada a reconversão dos movimentos contabilísticos do ano 2009 de POC para SNC, para poder comparar o ano 2010 em SNC com o ano 2009 convertido para SNC. Assim em 1/01/2010 foram feitos os ajustamentos/movimentos de transição.

Tal como foi referido anteriormente, consideramos relevante efetuar uma análise das diferenças entre as DF's: a demonstração de resultados, balanço e anexo de 2009 em POC e em SNC, por forma a verificar como a transição dos PCGA anteriores para as NCRF afetou a posição financeira e desempenho económico e os fluxos de caixa relatados. Desta análise verifiquei que, relativamente ao ano de 2009, no referencial POC, o capital próprio diminuiu 0.91% e o resultado líquido do período aumentou 4.28%. Da análise destas variações constatei que o impacto ocorrido nos capitais próprios deve-se particularmente pelos ajustamentos nas seguintes rubricas: o resultado líquido aumentou devido ao desconhecimento das amortizações dos ativos intangíveis totalizando a percentagem referida, de 4.28%; também verifiquei uma redução de 15,14% nos excedentes de revalorização e uma redução nos resultados transitados; e a contabilização de um valor na rubrica outras variações no capital próprio, onde em POC não se tinha contabilizado qualquer valor.

Em relação aos fluxos de caixa, estes não foram afetados pela transição entre os princípios contabilísticos geralmente aceites e as normas contabilísticas de relato financeiro.

Síntese

Na realização do estágio curricular na empresa ABC, Lda., relativamente à sua exigência esteve de acordo com as minhas expectativas, os assuntos tratados e as tarefas desempenhadas contribuíram para uma experiência extremamente enriquecedora, tanto a nível profissional como intelectual. Este estágio permitiu-me, igualmente, conhecer a realidade empresarial e o funcionamento interno da empresa.

Este relatório reflete o trabalho desempenhado durante o estágio curricular. Todo o trabalho realizado permitiu uma consolidação de conceitos. O espírito de equipa presente no departamento administrativo da empresa, e restantes, facilitou a minha integração na equipa. No surgimento de alguma dúvida, ou dificuldade, os colegas da empresa mostravam-se prestáveis, sempre disponíveis ajudar.

Nas tarefas que me foram sido propostas, regra geral foi necessário efetuar várias pesquisas, nomeadamente no SNC, livros de contabilidade, legislação, entre outros documentos disponibilizados pelos colegas na empresa.

CAPÍTULO IV - CONCLUSÃO

CONCLUSÃO

Face ao exposto, podemos concluir que com a crescente globalização da economia e dos mercados, associada à internacionalização das empresas foi realmente necessária uma harmonização contabilística, por forma à satisfação de necessidades e interesses comuns.

Não obstante a necessidade preponderante de harmonização contabilística internacional, verifica-se na literatura um consenso generalizado quanto às dificuldades inerentes a este processo de harmonização, nomeadamente relativamente à adoção do novo normativo contabilístico nacional, baseado nas normas do IASB adotadas pela UE.

A entrada em vigor em 2010 do SNC completou assim o processo de harmonização contabilístico, iniciado em 2005, em Portugal. As mudanças inerentes a este novo sistema não foram de fácil aceitação e implementação para todas as empresas a operar em Portugal. No entanto, as empresas cotadas em bolsa viram a sua tarefa facilitada uma vez que já eram obrigadas a aplicar as IFRS adotadas pela UE.

No decorrer do estágio, na ABC, Lda., evidenciei e analisei o impacto da adoção do SNC, nomeadamente as principais dificuldades e obstáculos. De uma forma geral, a empresa estava suficientemente preparada para adotar as NCRF, manteve um espírito aberto às mudanças, e na atualidade essas dificuldades estão completamente ultrapassadas.

O estágio na empresa, veio permitir um contacto direto com os procedimentos nas diversas funções de contabilidade e fiscalidade. Veio demonstrar a complexidade e diversidade de obrigações fiscais que a empresa tem a cumprir, e de todo o processo de encerramento de contas, que por sua vez tive oportunidade de acompanhar e auxiliar.

Rematando, essa experiência veio aumentar os conhecimentos na área tanto de contabilidade como de fiscalidade, no entanto reconheço a necessidade de uma contínua aquisição de conhecimentos e atualizações, como é o caso da fiscalidade que esta em constante alteração. Neste relatório, pretendi transmitir da melhor forma a minha enriquecedora experiência no departamento administrativo, relatando todos os procedimentos decorridos durante o estágio.

BIBLIOGRAFIA

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alves da Silva, A. J. (2010). A contabilidade e o fisco, o Sistema de Normalização Contabilística. *Revista dos Técnicos Oficiais de Contas*, Janeiro, 4, 1-58.
- Alves, M. C. G. & Antunes, E. C. (2010). *A Implementação das Normas Internacionais de Contabilidade na Europa: Um Estudo Comparativo*, Departamento de Gestão e Economia, Universidade da Beira Interior, Covilhã, Portugal.
- Alfaiate, L. I. N. (2012). *O Impacto das IFRS na Relevância da Informação Contabilística*. Dissertação de Mestrado em Contabilidade, Fiscalidade e Finanças Empresariais, Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, Portugal.
- Amaral, C. (2001). *Processo da Harmonização contabilística Internacional, Tendências Atuais*, Gestão e Desenvolvimento, 10, 33-58.
- Antão, A. (2009). A confiança é o core business dos TOC, *Revista TOC*. 109, 6-12.
- Araújo, S. M. A. (2010). *Impacto da aplicação das Normas Internacionais de Contabilidade nas Empresas do PSI 20*. Dissertação de Mestrado em Contabilidade, Fiscalidade e Finanças Empresarias, Universidade Técnica de Lisboa, Portugal.
- Araújo, D. N., Cardoso, P. & Novais, J. (2013). *O processo de relato financeiro em SNC: Manual de prestação de contas nas Sociedades Comerciais*. Jornal Fiscal. 3ª edição, Porto, 295.
- Azevedo, G., Cruz, S., & Pinheiro, C. (2013). *Impacto da Transição do Modelo Contabilístico: Revisão da Literatura, Estudos do ISCA, Série IV – Nº6*, Instituto Superior de Contabilidade de Aveiro, Aveiro.
- Bandeira, A. (2009). *Efeitos esperados do novo Sistema de Normalização Contabilística*. Acedido em 10/10/2013:
<http://visao.sapo.pt/efeitos-esperados-do-novo-sistema-de-normalizacaocontabilistica=f529502>
- Barth, M., Landsman, W. & Lang, M. (2007). International Accounting Standards and Accounting Quality. *Journal of Accounting Research* 46 (3), 467-498.

- Borges, A., Rodrigues, A., Rodrigues, J., & Rodrigues, R. (2007). *As Novas Demonstrações Financeiras de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade*. Áreas Editora, 2.ª Edição, Lisboa.
- Caiado, A. C. P. (2008). *Contabilidade Analítica e de Gestão*. Áreas Editora, 4ª edição, Lisboa.
- Cairns, D. (1999). *Applying International Accounting Standards*. London: Butterworths.
- CNSA, Conselho Nacional de Supervisão de Auditoria, (2010). Circularização, Acedido em 18/04/2014: [http:// www.cnsa.pt/comunicados/Circularizacao.pdf](http://www.cnsa.pt/comunicados/Circularizacao.pdf)
- CIRC, Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, (2014). Acedido em 20/04/2014:
http://info.portaldasfinancas.gov.pt/pt/informacao_fiscal/codigos_tributarios/circ_re_p/index_irc.htm
- CIRS, Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, (2014). Acedido em 20/04/2014:
http://info.portaldasfinancas.gov.pt/pt/informacao_fiscal/codigos_tributarios/irs/index_irs.htm
- CIVA, Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado, (2014). Acedido em 20/04/2014:
http://info.portaldasfinancas.gov.pt/pt/informacao_fiscal/codigos_tributarios/civa_re_p/index_iva.htm
- Cordeiro, R., Couto, G., & Silva, F. (2007). *Measuring the Impact of International Financial Reporting Standards (IFRS) in Firm Reporting: The Case of Portugal*. Working Paper Universidade dos Açores, Universidade da Madeira, Portugal, 1-27.
- Correia, L. (2009). SNC vs POC, Uma primeira abordagem. *Revista Revisores e Auditores*, Julho/Set, 28-36.
- Costa, C. B. (2010). *Auditoria Financeira Teoria e Prática*. Lisboa, Editora Rei dos Livros.
- Costa, J. I. P. (2008). *O impacto da Adopção das LAS/IFRS nas Demonstrações financeiras das empresas cotadas na Euronext Lisboa*. Working Paper, Dissertação de Mestrado em Contabilidade, Faculdade de Economia da Universidade do Porto, Porto, Portugal, 48-88.

- Costa, P. & Teixeira, A. B. (2012). *O impacto da adoção do SNC no capital próprio das empresas portuguesas*. Dissertação de Mestrado em Contabilidade e Finanças, Instituto Politécnico de Setúbal, Setúbal, Portugal.
- Cravo, D. (2009). Com o SNC, um novo TOC. *Revista dos Revisores & Empresas* n.º 45, Abril/Junho, 5-11.
- Decreto Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de Setembro - *Estabelece o regime das depreciações e amortizações para efeitos do imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas*, revoga o Decreto Regulamentar n.º 2/90, de 12 de Janeiro, 1ª Série, N.º 178
- Decreto-Lei n.º 186/2009, de 12 de Agosto - *Alteração do CIV A e RITI e criação do regime de reembolso do IVA a sujeitos passivos não estabelecidos no Estado Membro*, Diário da República, 1.ª série, N.º 155
- DGSS, Direção Geral da Segurança Social, (2014) *Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social*. Acedido em 20/04/2014: <file:///C:/Users/User/Desktop/Redac%C3%A7%C3%A3o%20em%20vigor%20do%20C%C3%B3digo%20Contributivo.pdf>
- Farinha, J. (2009). SNC, Oportunidades e desafios na mudança: estaremos preparados?. *Revista dos Técnicos Oficiais de Contas*, 115, 39-41.
- Ferreira, A. C. P., Rodrigues, L. A. & Sousa, R. A. M. (2014). *Enceramento de contas, 2013- Tema B. Formação Eventual*, da Ordem dos Oficiais de Contas, Janeiro, 135-225.
- Fernandes, P. (2009). *O impacto da entrada em vigor das IFRS na gestão de resultados: A experiência Ibérica*. Tese de Mestrado em Ciências Empresariais e Finanças, Faculdade de Economia da Universidade do Porto, Porto, Portugal.
- Fontes, M. A. S. (2002). *Portugal Face à Harmonização Contabilística Internacional: Estudo da Harmonização Formal*. Dissertação de mestrado em Contabilidade e Administração, Universidade do Minho, Braga, Portugal.
- Gassen, J. & T. Sellhorn (2006), *Applying IFRS in Germany: Determinants and Consequences*. Acedido em 10/07/2014: <file:///C:/Users/User/Downloads/SSRN-id906802.pdf>

- Gonçalves, C. (2009). PriceWaterhouseCoopers, *A adoção do SNC , A caminho da convergência internacional*. acessado em 10/07/2014: <http://www.pwc.pt/pt/corporate/imagens/snc-set-09.pdf>
- Grenha, C., Cravo, D., Baptista, L. & Pontes, S. (2009). *Sistema de Normalização Contabilística Comentado*. 1ª Edição, Texto Editores, Lisboa.
- Grizonic, A. (2008). *Reporting Financeiro, A Harmonização Contabilística em Portugal*. Projeto Final de Licenciatura, Universidade Atlântica, Barcarena, Lisboa, Portugal.
- Guerreiro, M. (2008). A Harmonização Contabilística Internacional, Tendências Internacionais. *Revista OROC*, Outubro a Dezembro, 2-8.
- Horton, J. & G. Serafeim (2008). *Market Reaction and Valuation of IFRS Reconciliation Adjustments: First Evidence from the UK*. working paper, Review of Accounting Studies, University of Exeter Business School, United Kingdom, pp. 2-65
- Jesus, P. M. M. S. (2007), Letras – Abordagem Global, *Revista OTOC*, Janeiro, 82, 37-45.
- Lei n.º 2/2014, de 16 de janeiro, *Procede à reforma da tributação das sociedades*. Diário da República, 1.ª série, N.º 11
- Lei n.º 22-A/2007, de 29 de junho - *Imposto único de circulação*. Assembleia da República, Série I N.º 124
- Lei n.º 83-C/2013, de 31 dezembro, *Orçamento do Estado para 2014*. Diário da República, 1.ª série, N.º 253
- Lopes, P. T. & R. C. Viana (2008). *The transition to IFRS: disclosures by Portuguese listed companies*. Working Papers, n.º 285, Faculdade de Economia do Porto, Porto, Portugal, 1-28.
- Martins, J. (2009). *Regulamento 1606/2002/CE: Impactos declarados pelas empresas cotadas Irlandesas*. Dissertação de Mestrado em Contabilidade, Instituto Superior de Contabilidade e Administração da Universidade de Aveiro, Aveiro, Portugal.

- Martins, M. M. S. (2011). *Reg. 1606/2002/CE: impactos declarados pelas empresas pertencentes ao PSI20*. Dissertação de Mestrado em Contabilidade e Administração, Instituto Superior de Contabilidade e Administração da Universidade de Aveiro, Aveiro, Portugal.
- Matos, H. A. P. (2011). *A adoção do Sistema de Normalização Contabilística e o seu Impacto nas Demonstrações Financeiras*. Dissertação de mestrado em Contabilidade e Finanças, Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto, Porto, Portugal.
- Morais, A., & Curto, J. (2008). Accounting quality and the adoption of IASB standards – Portuguese evidence. *Revista Contabilidade e Finanças* 19 (48), 103-111.
- Morais, I., & Lourenço, I. C. (2005). *Aplicação das Normas do IASB em Portugal*. Publisher Team, Lisboa.
- Neves, J. F. (2008). A importância de um sistema de controlo interno, *Revista TOC* 99, Junho, 60, 1-61.
- Nobes, C. & Parker, R. (2002). *Comparative International Accounting*, 7th Edition, London, Prentice Hall, Hemel Hempstead.
- Nogueira, M. (2010). *Práticas de contabilidade*. Relatório de Estágio do Mestrado em Gestão, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal.
- OROC, Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. (2000). *Manual do Revisor Oficial de Contas – Directriz de Revisão/Auditoria 410 – Controlo Interno*. Acedido em 10/08/2014: <http://www.infocontab.com.pt/download/DRA/DRA410.pdf>
- OROC, Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. (2006). *Manual do Revisor Oficial de Contas – Directriz de Revisão/Auditoria 505 – Confirmações Externas*. Acedido em 10/08/2014: <http://www.infocontab.com.pt/download/dra/DRA505.pdf>
- Paglietti, P. (2009). Earnings management, timely loss recognition and value relevance in Europe following the IFRS mandatory adoption: evidence from Italian listed companies. *Economia Aziendale Online* 4, 97-117.
- Paiva, I. M. R. (2011). *NCRF N.º1 – Estrutura e Conteúdos das Demonstrações Financeiras e Implicações Fiscais em Auditoria*. Dissertação de Mestrado em Auditoria, Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto, Porto, Portugal.

- Pedro, A. M. C. (2012). *A Capitalização dos Custos dos Empréstimos no Sistema de Normalização Contabilística*. Dissertação de Mestrado em Contabilidade, Universidade do Algarve, Faro, Portugal.
- Pereira, R., Estevam, M., & Almeida, R., (2009). *Harmonização Contabilística Internacional – Análise das suas implicações em Portugal*, 1ª Edição, Lisboa: Bnomics.
- Perramon, J. & Amat, O. (2006). *IFRS Introduction and its Effects on Listed Companies in Spain*, Economics, Working Papers, No 975, Universidade Pompeu Fabra, Departamento de Economia e Negócios, Barcelona, Espanha.
- Pinto, J. A. P. (2006). O papel da normalização contabilística em Portugal, *Revista n.º 81 dos TOC*, Dezembro, 23-29.
- Pires, A. (2010). Os efeitos e implicações da atual reforma contabilística (SNC) no quadro das relações de coexistência entre a contabilidade e a fiscalidade. *Encontro AECA XIV*. Coimbra, Portugal, 1-17.
- Portal da Empresa (2014). *Optar pelo Leasing na compra de Viaturas*. Acedido em 10/07/2014: http://www.portaldaempresa.pt/CVE/pt/FerramentasdeApoio/Guiao/listagem_gui_e_xpans%C3%A3o/gui_leasing_compra_de_viaturas.htm?Stage=1
- Portaria nº26/2012 de 27 Janeiro, Informação Empresarial Simplificada (IES) Diário da Republica, 1.ª Série, N.º20.
- Portaria n.º 92-A/2011, de 28 de Fevereiro – 41 Série I, 1ºSuplemento, modelo 31 Instruções de Preenchimento. Acedido em 10/07/2014: https://info.portaldasfinancas.gov.pt/NR/rdonlyres/B106AABD-3BE8-4540-864D-949A8269BA6B/0/Portaria_92A_2011_2802.pdf
- PriceWaterHouseCoopers (2009). *A adoção do Sistema de Normalização Contabilística (SNC)*, A caminho da convergência internacional. Acedido em 12/11/2013: <http://www.pwc.pt/pt/corporate/imagens/snc-set-09.pdf>
- Roberts, C., Weetman, P. & Gordon, P. (2008). *International Corporate Reporting: a comparative approach*. 4ª Edição, Prentice Hall.

- Santos, F. T. (2009). O SNC será um vector de modernização da economia. *Revista TOC*, n.º 114, 8, 6-10.
- Silva, M. (2011). *Adoção pela Primeira Vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro*. Dissertação de Mestrado em Auditoria, Instituto Politécnico do Porto, Porto, Portugal.
- Simões, M. M. F. (2008). *Impacto nos capitais próprios nas entidades com valores cotados*. Dissertação de Mestrado em Contabilidade e Administração, Instituto Superior de Contabilidade e Administração da Universidade de Aveiro, Aveiro, Portugal.

APÊNDICES E ANEXOS

Apêndice 1 – Guião da entrevista

Apêndice 1

Objetivos do Guião:

- De que forma a empresa se preparou, para a implementação do SNC;
- Dificuldades sentidas aquando da implementação;
- Necessidade de formação dos recursos humanos;
- Vantagens/Desvantagens da aplicação do normativo;
- Lacunas do normativo;
- Fiabilidade da informação apresentada segundo o normativo

Com o objetivo de recolher informação sobre a adoção do SNC de forma a concluir sobre os objetivos acima descritos.

As respostas são de carácter inteiramente confidencial e utilizadas exclusivamente para a elaboração do relatório de estágio. Terá a possibilidade de expressar a sua opinião no final deste questionário.

Agradeço desde já a sua colaboração.

Obrigada

Guião

1- Que impacto a aplicação das NCRF tiveram nas seguintes áreas ?

- Processo contabilístico
- Sistema informático
- Formação de pessoal
- Custos envolvidos

2- Qual impacto da implementação das NCRF, nas fases do processo contabilístico?

- Reconhecimento
- Mensuração
- Divulgação

3- A aplicação das NCRF provocou alterações no valor dos resultados e ativos da empresa?

4- Qual foi o impacto da aplicação das NCRF nos elementos das demonstrações financeiras?

- Ativos fixos tangíveis
- Ativos intangíveis
- Ativos não correntes detidos para venda

- Inventários
- Impostos diferidos
- Subsídios
- Benefícios empregados
- Capital próprio
- Provisões
- Notas

5- Houve dificuldade em aplicar o Justo valor segundo as NCRF?

6- Houve impacto na utilização do JV na volatilidade dos elementos da DF?

- Ativo
- Passivo
- Capitais próprios
- Resultados

7- Os prazos dados para assimilar a mudança de mentalidade e hábitos foram suficientes, em relação ao processo do SNC?

8- Quais os principais obstáculos à aplicação das NCRF?

Anexo 1 - Acompanhamento dos prejuízos fiscais

Acompanhamento das deduções dos prejuízos fiscais														
Período de ocorrência	Valor	Nº de anos de dedução	Deduções								Períodos de utilização	Períodos de utilização	Por utilizar	Reportáveis até
			2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018		
2006	#####	6	#####	—	—	—	—	—	—				0,00	2012
2007	#####	6	#####	#####				—	—				0,00	2013
2008	#####	6	—	#####					—				0,00	2014
2009	0,00	6												2015
2010	0,00	4												2014
2011	#####	4	—	—	—	—								2015
2012	#####	5	—	—	—	—								2017
2013		5												2018
2014		12												2026
Total	#####		#####	#####									0,00	


Anexo 2 – Mapa de mais-valias e menos-valias

N.º DE IDENTIFICAÇÃO FISCAL
503055687
PERÍODO DE TRIBUTAÇÃO
2013

MAPA DE MAIS-VALIAS E MENOS-VALIAS

ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS ☒
ACTIVOS INTANGÍVEIS ☐
PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO ☐

NATUREZA DOS ACTIVOS:
ACTIVOS BIOLÓGICOS NÃO CONSUMÍVEIS ☐
PARTES DE CAPITAL ☐

**IRC**

31
MODELO

Descrição dos elementos do activo (1)	Valor de realização (2)	Valor de aquisição para efeitos fiscais (3)	Ano de aquisição (4)	Valor de aquisição para efeitos contabilísticos (5)	Depreciações / amortizações e perdas por imparidade registadas (6)	Mais-valia ou menos-valia contabilística		Depreciações / amortizações e perdas por imparidade aceites fiscalmente (10)	Coeficiente de desvalorização da moeda (11)	Mais-valia ou menos-valia fiscal	
						Sinal (7)	Valor (8) = (2) - [(5) - (6)]			Sinal (12)	Valor (13) = (2) - [(3)-(9)-(10)×(11)]
MAT. ROLANTE OU DE TRANSPORTE											
02375-FORD S-MAX TITANIUM			2007				0,00	0,00	1,10		0,00
02375-FORD S-MAX TITANIUM			2007				0,00	0,00	1,10		0,00
02375-FORD S-MAX TITANIUM			2007				0,00	0,00	1,10		0,00
02375-FORD S-MAX TITANIUM			2007				0,00	0,00	1,10		0,00
02375-FORD MONDEO 1.8 TITA			2007				0,00	0,00	1,10		0,00
02375-FORD FOCUS SPORTVAN			2008				0,00	0,00	1,07		0,00
02375-FORD FOCUS SPORTVAN 1.6 TDCI			2008				0,00	0,00	1,07		0,00
02375-FORD FOCUS SPORTVAN 1.6 TDCI			2008				0,00	0,00	1,07		0,00
02375-FORD FOCUS SPORTVAN 1.6TDCI			2008				0,00	0,00	1,07		0,00
TOTAL GERAL OU A TRANSPORTAR	0,00					SALDO	0,00		SALDO		0,00

Anexo 3 – Carta de circularização ao Advogado

Ex.mo Senhor

DR. “Advogado”

RUA

0000 - 000 VIANA DO CASTELO

Ex.mo Senhor

Estando os nossos revisores oficiais de contas

....., S.R.O.C.

Rua

0000 - 000 PORTO

E-mail:.....

a proceder à revisão das nossas demonstrações financeiras relativas a 31 de Dezembro de 2013, com vista à sua certificação legal, muito agradecíamos que V. Ex.^a lhes facultasse as seguintes informações:

1. Indicação de quais os processos relativos à empresa que se encontram em poder de V. Ex.^a, para efeito de cobrança, bem como qual o montante provável que poderemos vir a receber de cada um;
2. Breve descrição de quaisquer acções propostas ou litígios pendentes que hajam sido sentenciados e que sejam do conhecimento de V. Ex.^a, bem como uma estimativa das eventuais quantias e responsabilidades finais da nossa empresa;
3. Outras informações que V. Ex.^a entenda de utilidade para a prossecução da mencionada revisão.

Agradecemos que a sua resposta seja enviada directamente àqueles nossos revisores oficiais de contas.

Sem outro assunto de momento, subscrevemo-nos com os melhores cumprimentos

De V. Ex.^{as}

Atentamente

Anexo 4 - Carta de circularização ao Fornecedor

Ex.mos Senhores

FORNECEDOR XYZ S.A.
TIPO/XXX
EN00-KM 00 AVEIRO
0000-000 CACIA

Ass.: CONFERÊNCIA DE SALDOS

Ex.mos Senhores,

Tornando-se necessária, nos termos da lei, a certificação das nossas contas por entidade independente, vimos pedir a V. Ex.^{as} a fineza de, com a possível brevidade, remeterem, directamente aos nossos Revisores Oficiais de Contas, a sociedade

....., S.R.O.C.
Rua
0000-000 PORTO
E-mail:

fotocópia da nossa conta-corrente com o movimento de 2013 que têm registado até à data.

Confiados na Vossa prestimosa colaboração, apresentamos os nossos melhores cumprimentos e subscrevemo-nos,

De V. Ex.^{as}
Atentamente